

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

KAROLINE FRANCIELE DOS SANTOS

**A POPULAÇÃO NEGRA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: Questão Racial no
Projeto Político Pedagógico, a Grande Ausência**

Florianópolis,
2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

KAROLINE FRANCIELE DOS SANTOS

**A POPULAÇÃO NEGRA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: Questão Racial no
Projeto Político Pedagógico, a Grande Ausência**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de bacharel em Serviço
Social pela Universidade Federal de Santa
Catarina.

Orientadora: Prof^a. Dra. Vania Maria Manfroi

Florianópolis,

KAROLINE FRANCIELE DOS SANTOS

A POPULAÇÃO NEGRA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: Questão Racial no Projeto Político Pedagógico, a Grande Ausência

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Monografia aprovada em 14/02/2017

Banca Examinadora



Profª. Dra. Vania Maria Manfroi
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina



Profª. Adriana Zanqueta Wilbert Ito
Examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina



Maria Regina de Avila Moreira
Examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho a toda a população negra e
pesquisadores das temáticas étnico-raciais
UBUNTU: Eu sou porque nós somos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao pai Oxalá e a todos os orixás por terem me permitido chegar até aqui.

Aos meus ancestrais que muito lutaram para que hoje eu pudesse ocupar o espaço universitário e de alguma forma mostrar a nossa história que apesar de dura é marcada de muita resistência e axé.

Agradeço a minha mãe Sueli, mulher guerreira, que já passou por tantas nessa vida, sofreu e vivenciou as crueldades que o racismo tráz consigo, passou por diversas provações, mas resistiu. Mulher que sempre cuidou de mim, que batalhou arduamente em jornadas de até 12 horas por dia para não deixar nada faltar. Mãe és a materialização da força da mulher negra, amo-te!

Agradeço ao meu pai Eloazio, pelo incansável apoio, por sempre enfatizar a importância dos estudos na minha vida. Por não medir esforços para me auxiliar. Pai eu sei que este diploma de Bacharelado em Serviço Social representa muito pra você e fico muito feliz em poder te dar esse presente, amo-te.

Agradeço ao meu filho Akin Fidélis Gonzaga dos Santos, um presente divino que chegou na metade desta jornada acadêmica, me dando mais força e motivação para concluir esta etapa da minha vida, mesmo com todas as adversidades enfrentadas neste percurso, pois ser mãe dentro da academia e conciliar a rotina de cuidados com o bebê, estágio e aulas, trabalhos acadêmicos e TCC realmente não foi fácil, mas, a cada sorriso teu meu filho a minha energia se renova e entre pausas para amamentação, e para te encher de beijos e amassos este trabalho surgiu, emanado de muito amor e energias positivas. Akin és a razão de tudo!

Não posso deixar de agradecer ao meu esposo Lázuli Mashal, por todo companheirismo, generosidade, amor e principalmente paciência durante este percurso. Muitas vezes pensei em desistir e você me deu força para prosseguir. Amo-te!

Agradeço ao coletivo 4P – Poder Para o Povo Preto, pessoas maravilhosas que conheci dentro de academia, e que foram essenciais no meu aprendizado tanto pessoal, como profissional. Foram cruciais no meu processo de empoderamento e enegrecimento. Com vocês aprendi o real sentido do axé, da militância, da coletividade, do amor e do ubuntu. Minha gratidão por vocês será eterna.

Agradeço as amigadas construídas dentro da academia, Jenifer Willrich, Danuza Faversoni, Dayanni Soler obrigado por tudo eu amo vocês.

A Jussara Assis, Assistente Social e pesquisadora Negra. Obrigada por ter, me acolhido, me auxiliado a delimitar o meu objeto de estudo. É o axé das mulheres negras, é a sororidade que nos permeia que me mostra o quanto a nossas histórias são bonitas.

Deixo o meu enorme agradecimento ao corpo docente do departamento de Serviço Social que durante esse percurso transmitiram seus conhecimentos. Agradeço todos os trabalhadores e trabalhadoras da Universidade Federal de Santa Catarina, muitas vezes invisibilizados, mas essenciais neste espaço.

Agradeço a minha orientadora Vânia Manfroi, por ter me acolhido e ter me auxiliado na construção deste trabalho que é mais do que um trabalho de conclusão de curso, é um grito de igualdade e justiça social.

Agradeço a Adriana Zanqueta e Maria Regina de Ávila Moreira por terem aceitado prontamente o convite para participarem da banca de apresentação de meu TCC, se eu as escolhi é porque tenho enorme admiração por vocês duas.

“A sua trajetória tem que honrar também o seu antepassado e você tem que trazer isso como modelo para as próximas gerações que virão e que vão dizer: é possível, é difícil, mas é possível. É a sua resistência e a sua coragem e não a desistência que vai fazer com que a gente chegue lá”

Maria de Fátima

SANTOS, Karoline Franciele dos
A POPULAÇÃO NEGRA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: Questão Racial no Projeto
Político Pedagógico, a Grande Ausência/ Karoline Franciele dos Santos;
orientadora, Prof^a. Dra. Vania Maria Manfroi - Florianópolis, SC, 2017.
82 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio Econômico. Graduação em Serviço Social.
Inclui referências.

Serviço Social. Manfroi, Vania Maria. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Serviço Social.

RESUMO

Este trabalho tem por objeto fazer uma reflexão da matriz curricular do projeto político pedagógico de 2013 do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, observar como a mesma vem debruçando-se sobre a temática étnica-racial, partindo do pressuposto que o racismo é um grande determinante das relações sociais. Para a elaboração desse trabalho foi realizada uma pesquisa documental de caráter exploratório. O objetivo é desvendar se a questão racial compõe a proposta curricular do novo currículo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como tema transversal ao tratamento das expressões da questão social. Tendo-se como suporte a pesquisa bibliográfica sobre a historicidade da questão racial, o processo de escravidão e as inúmeras consequências à população negra busca-se conectar com o debate das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. A questão social, como expressão do processo de desigualdade social, decorrente da exploração do trabalho é um dos pilares das diretrizes curriculares, assim, esse trabalho incide na tentativa de entender se há uma apropriação das especificidades da inserção da população negra na sociedade brasileira, se há um reconhecimento das particularidades sobre esta. Para viabilizar essa compreensão foram analisados os programas de 6 disciplinas. Ao final, concluiu-se que há uma invisibilidade do debate sobre a questão negra no PPP do Curso de Serviço Social.

Palavras-chave: População Negra. Formação. Serviço Social.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

EBC - Empresa Brasil de Comunicação

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FNB - Frente Negra Brasileira

IBGE - Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

MNU - Movimento Negro Unificado

ONU - Organização das Nações Unidas

PME - Pesquisa Mensal de Emprego

PNAD - Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD - Programa das Nações Unidas

PNPIR - Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial

PNSIPN - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

PPP – Projeto Político Pedagógico

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SIM - Sistema de Informação sobre Mortalidade

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UPP - Unidades de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ESCRAVIDÃO E A POPULAÇÃO NEGRA NA ATUALIDADE BRASILEIRA	15
2.1 ESCRAVIDÃO NEGRA.....	15
2.2 MULHERES NEGRAS E O PERÍODO DA ESCRAVIDÃO.....	19
2.3 ESCRAVIDÃO COMO UM MODO DE PRODUÇÃO PRÉ-CAPITALISTA.....	21
2.4 O PROCESSO DE ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA.....	22
2.5 A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E O PRIMEIRO PASSO PARA A MISÉRIA SOCIAL DA POPULAÇÃO NEGRA NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	24
2.6 RAÇA, RACISMO E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL.....	27
2.7 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL.....	29
2.8 A POPULAÇÃO NEGRA NA ATUALIDADE NO BRASIL.....	31
2.8.1 População negra e educação.....	32
2.8.2 População negra e saúde.....	35
2.8.3 População negra e mercado de trabalho.....	37
2.8.4 População negra e violência.....	39
3 POPULAÇÃO NEGRA, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	43
3.1 SERVIÇO SOCIAL: QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL.....	43
3.2 DIRETRIZES CURRICULARES NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL.....	46
3.3 A MATRIZ CURRICULAR DE 2013 DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.....	48
3.4 ANÁLISE DAS DISCIPLINAS DA MATRIZ CURRICULAR DE 2013.....	49
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
ANEXO I – PROGRAMA DA DISCIPLINA SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE SOCIAL I	70
ANEXO II – PROGRAMA DA DISCIPLINA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL	73
ANEXO III – PROGRAMA DA DISCIPLINA FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I	75
ANEXO IV – CLASSES SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS	78
ANEXO V – SERVIÇO SOCIAL E DESAFIOS PROFISSIONAIS CONTEMPORÂNEOS	80

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho tem como objeto a compreensão sobre o debate da questão racial presente no Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFSC. A motivação pelo tema está relacionada à própria história pessoal, já que sendo mulher negra, militante das questões raciais e de gênero percebi a marginalidade do tratamento do tema no Curso, mesmo tendo em consideração as ações afirmativas como política pública de expressão nos últimos tempos. Além disso, constata-se o chamado “genocídio da população negra” como uma das mais aviltantes expressões da questão social, o que recoloca a necessidade do reconhecimento do racismo como condição histórica estruturante das relações sociais na sociedade brasileira.

No entanto, tendo em conta esse contexto e que um dos princípios centrais do Código de Ética é a eliminação de todas as formas de opressão, ainda se observa a marginalidade e residualidade do tema na formação profissional. Delineou-se como objetivo geral do trabalho desvendar se a questão racial é contemplada como tema transversal ao tratamento das expressões da questão social, na proposta do novo currículo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vigente a partir do ano de 2013.

Os objetivos específicos são: compreender o processo histórico brasileiro, sob o ponto de vista da exploração do trabalho da população negra, num primeiro momento no regime escravocrata e as consequências da inserção da população negra no sistema capitalista; apresentar dados acerca da inserção da população negra na sociedade brasileira; apresentar o processo de construção das diretrizes curriculares, enfatizando o debate sobre a questão social, sob o ponto de vista das especificidades da população negra; compreender os núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares e o tratamento dado às particularidades brasileiras, especialmente no que tange à questão racial; analisar o conteúdo das disciplinas, buscando identificar o tratamento à questão racial. Para estruturar o presente trabalho foi adotada a seguinte metodologia: tendo em vista que essa é a primeira aproximação teórica ao tema, utilizou-se a pesquisa de caráter exploratório, pois a articulação das duas temáticas propostas necessita de maior aprofundamento,

devido à complexidade de ambos os temas. Entretanto, este trabalho proporciona um grande embasamento teórico para debater o tema proposto.

Para concretizar o estudo realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre os temas questão racial e formação profissional dos assistentes sociais, ou seja, sobre a historicidade da questão racial, o processo de escravidão e suas inúmeras conseqüências à população negra e a conexão com o debate das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS.

Constatou-se que a questão social, como expressão do processo de desigualdade social, decorrente da exploração do trabalho é um dos pilares das diretrizes curriculares. Desta maneira o esforço para a elaboração deste estudo incide na tentativa de compreender se há uma apropriação das especificidades da inserção da população negra na sociedade brasileira e se há um reconhecimento das particularidades sobre esta, partindo do pressuposto que o racismo é algo histórico e sistêmico que perpassa por todos os espaços e dificulta o acesso desta população a diversos direitos, espaços, políticas e programas sociais.

Do ponto de vista empírico, a pesquisa foi realizada através de uma análise documental, utilizando-se como base o Projeto Político Pedagógico de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Utilizou-se como fontes de pesquisa os programas das seguintes disciplinas: Serviço Social e Realidade Social, Formação Sócio-Histórica do Brasil, Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social I, Classes Sociais e Movimentos Sociais, Gestão e Planejamento em Serviço Social II e Serviço Social e Desafios Profissionais Contemporâneos, buscando encontrar o tratamento da questão racial. As referidas disciplinas foram analisadas à luz do conteúdo sobre a historicidade da questão negra, do ponto de vista do reconhecimento como uma expressão da questão social e na particularidade brasileira.

Este trabalho estrutura-se em duas sessões, além da introdução. A segunda seção aborda um breve resgate histórico sobre a escravidão negra no Brasil, como ocorreu o movimento abolicionista com a verdadeira face da Lei Áurea. Apresenta-se como a população negra foi inserida na nova sociedade capitalista brasileira, buscando proporcionar o conhecimento necessário acerca do processo histórico desta população, para que se possa entender a necessidade do estudo da questão racial dentro do Curso de Serviço Social. Para o melhor entendimento do assunto

demonstram-se conceitos como: raça (no seu sentido social), racismo e mito da democracia racial e a importância do Movimento Negro brasileiro rasgando o silêncio, evidenciando o racismo no Brasil, e as lutas pela igualdade racial. Pontua-se a relevância da criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPIR, como uma grande conquista na luta dos direitos, justiça e equidade social.

Para melhor compreensão sobre a importância da temática racial dentro do Curso de Serviço Social, em seguida, demonstra-se através de dados a situação da população negra na atualidade brasileira, em diversas ramificações: educação, saúde, mercado de trabalho, habitação e violência, evidenciando assim, como o escravismo e o racismo interferiram na estratificação social, especialmente na concentração de riqueza na sociedade brasileira.

Na terceira seção analisa-se como o Serviço Social vem debruçando-se sob a temática racial, apresentando alguns conceitos da questão social de maneira sucinta, as diretrizes curriculares da ABEPPS e seus núcleos de fundamentação. Posteriormente, apresenta-se o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina do segundo semestre do ano de 2013, a análise de como os programas das seis disciplinas analisadas vêm abordando a temática racial e apontando sugestões de como abordar a questão racial na transversalidade dentro de tais disciplinas.

Por fim, encerra-se o trabalho com as considerações e reflexões em relação a ausência da questão racial na matriz curricular vigente.

2 ESCRAVIDÃO E A POPULAÇÃO NEGRA NA ATUALIDADE BRASILEIRA

Para melhor compreensão sobre o contexto histórico que envolve o tema deste estudo, neste primeiro capítulo demonstra-se, com base na bibliografia pesquisada, os principais aspectos que permeiam a escravidão no Brasil, iniciando-se com a escravidão negra, com ênfase à condição da mulher negra no período; a escravidão como um modo de produção pré-capitalista; o processo de abolição da escravatura e a conseqüente miséria social da população negra na sociedade capitalista; conceitos relacionados à raça, racismo e o mito da democracia racial, finalizando com aspectos pertinentes ao cotidiano da população negra na atualidade brasileira, especialmente no que diz respeito à educação, saúde, trabalho e violência.

2.1 ESCRAVIDÃO NEGRA

No Brasil a escravidão negra teve início no século XVI, após a tentativa de escravidão indígena sem sucesso. Os portugueses transportavam mulheres negras e homens negros africanos de suas colônias na África para utilizar como mão-de-obra escrava nos engenhos de açúcar do Nordeste. Os comerciantes de escravos portugueses vendiam os negros africanos como se fossem mercadorias. O transporte das mulheres negras e homens negros africanos era realizado através de embarcações chamadas de navios negreiros ou tumbeiros. Este comércio se tornou lucrativo, trouxe riqueza e poder aos donos de tais embarcações. O roteiro destas embarcações iniciava-se em portos africanos onde seus comandantes esperavam pelo embarque da "mercadoria", que era encaminhada pelos sócios africanos dos comerciantes de escravos. Eram esses africanos os responsáveis por capturar no interior do continente os povos que iriam encher os porões dos barcos. Os sócios africanos separavam propositalmente os negros e negras de suas famílias para evitar possíveis rebeliões. As condições de transporte destas embarcações eram desumanas, uma vez que os negros eram alojados e acorrentados nos porões

desses navios, viajando durante meses em um ambiente fétido, escuro, úmido e sem espaço algum para locomoção como destaca Trevisan (1988):

Os navios negreiros, por princípio, carregavam até três vezes o volume real da de sua 'carga': se a embarcação comportavam cem negros, eram transportados trezentos. Motivo: compensar as perdas, tão comuns durante a viagem. Os negros ocupavam o porão, amontoados em um espaço que deveria conter um terço deles. As condições de higiene eram inexistentes e a alimentação dependia muito da boa vontade da tripulação. (TREVISAN, 1988, p. 17)

O alimento era lançado de cima da embarcação. A tripulação do navio não se importava se todos conseguiram se alimentar, além disso, a comida despejada incluía a sobra do que os tripulantes do navio haviam ingerido, incluindo também alimentos deteriorados ou algo que não fora bem aceito. Esses navios atravessavam o oceano lotados de pessoas. Durante a viagem, as condições de higiene e saúde eram inexistentes, matando aproximadamente 20 a 40% da carga humana. Então, um navio cheio ajudava a repor a perda dos que morriam na viagem. Quando alguém vinha a óbito dentro dos porões destas embarcações, seu corpo era lançado ao mar na maioria das vezes depois de um tempo considerável, contribuindo para aumento das terríveis condições de higiene e conseqüentemente de saúde presentes nestes porões (SANTIAGO, 2011).

Os africanos apreendidos em seu país de origem para o tráfico escravo chegaram ao Brasil no período em que o país era colônia de Portugal (1500 á 1822), eram levados para o mercado de escravos, onde eram negociados entre os senhores, proprietários de engenhos. As observações principais que os compradores faziam sobre os escravos transportados da África, eram a rigidez dos músculos (para isso apalpavam os escravos), os olhos, os dentes, os ouvidos e requisitavam que os escravos girassem e saltassem com o objetivo de comprovar se havia boas condições de saúde. Os compradores também examinavam as partes íntimas dos escravos com o intuito de certificar se o (a) escravo (a) tinha alguma doença. Na maioria das vezes os escravos tinham preços altos que variavam de acordo com as condições físicas, sexo e idade.

Depois que os escravos eram comprados no mercado, acompanhavam seus donos até a região aonde iriam trabalhar (na maioria das vezes em engenhos, minas, plantações, casas). Os (a) negros (as) do campo cultivavam para a exportação de cana-de-açúcar, algodão, fumo, café. Quando chegavam ao seu local de trabalho, seus corpos eram marcados com ferro em brasa, com a finalidade de

identificação dos seus proprietários. Os escravos viviam em galpões construídos de pau-a-pique chamados de senzalas, localizados dentro das unidades de produção, onde ficavam presos (muitas vezes acorrentados para evitar fugas). Esses galpões dificilmente ultrapassavam 10 a 20 metros quadrados. Essas senzalas eram extensões dos navios negreiros. Dividiam-se os escravos em homens e mulheres, e as crianças ficavam com as mulheres. Eram locais abafados, úmidos, com poucas janelas, ou nenhuma. Os escravos dormiam no chão duro de terra batida ou sobre palhas. Na frente das senzalas, na maioria das vezes, encontrava-se o pelourinho (tronco usado para amarrar o escravo para a aplicação de castigos físicos). Qualquer erro, por menor que fosse, era duramente castigado, na maioria das vezes publicamente, para que servisse como exemplo aos demais. É importante destacar que a utilização da população negra como força motriz das atividades econômicas no Brasil Colônia foi extremamente permitida pela Igreja Católica, que naquele momento, possuía um enorme poder social coercitivo e econômico-financeiro, visto que, a Igreja dispunha de extensas propriedades de terra.

Em 25 de março 1824 foi promulgada a primeira Constituição Federal do Brasil, por D. Pedro I, quando foi criada uma lei complementar que proibia os negros e os leprosos de frequentarem as escolas, pois eram considerados “doentes e portadores de moléstias contagiosas”. Dessa forma, a população negra foi proibida de estudar, confirmando que a titularidade da cidadania se limitava às pessoas livres.

Para escravos e indígenas, além do trabalho pesado, bastava a doutrina aprendida na oralidade e a obediência pela violência física ou simbólica. Desse modo, o acesso à cultura da leitura e da escrita era considerado inútil para esses segmentos (BRASIL, 2000).

Os afrodescendentes alimentavam-se estritamente do necessário para que não enfraquecessem demais ou morressem de desnutrição. Frequentemente consumiam os restos das comidas dos seus senhores. Os escravos eram responsáveis por todo trabalho braçal realizado nas fazendas e nas minas. Trabalhavam de sol a sol, exaustivamente, debaixo do chicote e das humilhações. Trabalhavam de 12 a 16 horas diárias e não tinham quase tempo para descansar. Por essa razão, a vida útil do escravo adulto raramente passava de 10 anos (por causa da dureza dos trabalhos e precariedade da alimentação) e seus filhos acabavam sendo seus substitutos. Qualquer deslize servia de motivo para diversos tipos de punições. Para fugir de todas essas torturas, muitos (as) escravos (as)

acabavam cometendo suicídio, outros matavam seus feitores e outros acabavam fugindo para comunidades chamadas de quilombos: locais bem escondidos e fortificados no meio das matas. Os quilombos eram conhecidos como espaços de resistência, de organização política e luta como acentua Moura:

Durante a colônia e enquanto durou o regime escravista, temos de destacar os grupos quilombolas que dominavam estradas e áreas territoriais ponderáveis, demonstrando um espírito de luta incomum e uma capacidade organizacional surpreendente. Esses grupos podem ser encontrados desde o Pará até o Rio Grande do Sul. (MOURA, 1998, p. 112)

Ao resistir a esse sistema escravista, a população negra almejava a conquista da liberdade. Resistir era o meio utilizado para contrariar essa relação de supremacia entre os escravocratas (que procediam de acordo com suas ideologias). As fugas faziam parte das estratégias de sobrevivência da população negra. Eram protestos pela liberdade, desejo de livrar-se dos maus tratos e do trabalho forçado. Os senhores eram receosos com relação à organização dos escravos e escravas. Isso era tão verídico que estes impunham sua soberania pela força dos chicotes. Eles exerciam seus direitos de proprietários pela severa violência física e psicológica contra homens e mulheres escravizados. Dentro deste contexto é perceptível a ausência de direitos humanos para os escravos como destaca Freire (1993, p. 42):

O escravo padece assim, de toda sorte de suplicio, tendo apenas obrigações, sem quaisquer direitos. Não só é a força de trabalho responsável pela grande lavoura, como também é produtor de alimentos para sua própria subsistência.

Dois grandes ícones de luta e resistência contra escravidão foram Dandara e Zumbi dos Palmares. Zumbi foi um grande líder do Quilombo dos Palmares. No dia 20 de novembro de 1695 houve um ataque ao Quilombo dos Palmares e Zumbi foi ferido, mas conseguiu fugir. Entretanto, foi traído por um antigo companheiro que o entregou às tropas do Bandeirante Domingos Jorge Velho, responsável pelo ataque ao Quilombo. Neste mesmo dia, aos 40 anos de idade, Zumbi teve sua cabeça decepada, cravada em uma lança e em seguida exposta em praça pública na Cidade de Recife, com o objetivo de desmoralizar os (as) negros (as) e neutralizar suas lutas. O dia 20 de novembro é lembrado e comemorado em todo o território nacional como o Dia da Consciência Negra. O que é pouco abordado pelos historiadores que relatam sobre a escravidão é a existência da protagonista Dandara, que foi uma das maiores lideranças femininas negras, lutando junto com

Zumbi. Dandara já defendia o Quilombo dos Palmares antes de Zumbi, junto a Ganga-Zumba (primeiro chefe dos Palmares e Tio de Zumbi). Estes dois participavam de todos os ataques e defesas da resistência palmarina. Depois Dandara se casou com Zumbi dos palmares, continuou lutando pela liberdade do povo negro. Pouco se sabe sobre a morte de Dandara. Há relatos que em 06 de fevereiro de 1694, após uma sangrenta batalha no Quilombo dos Palmares, Dandara se atirou do penhasco como um ato de resistência e não redenção à escravidão, visto que os senhores mandavam tropas para atacar os quilombos com o objetivo de resgatar os escravos que haviam fugido ou conseguir mais escravos. Outra versão informa que no dia 06 de fevereiro de 1694, Dandara foi assassinada. Salienta-se a figura desta mulher negra, que não deve ser lembrada exclusivamente à sombra masculina de Zumbi, pois ela é a materialização da resistência da mulher negra e não deve ser mais invisibilizada, pois tanto Dandara com Zumbi dos Palmares viveram e morreram pelo ideal de liberdade ao povo negro escravizado (ARAÚJO, 2015).

2.2 MULHERES NEGRAS E O PERÍODO DA ESCRAVIDÃO

Enquanto as senhoras brancas tinham como responsabilidades a reprodução, o cuidado com os filhos e com a casa, as afrodescendentes trabalhavam em regime escravo nas lavouras, engenhos, minas e nas casas dos senhores, chamadas de casa grande. Na casa grande realizavam trabalhos domésticos, serviam de amas de leite (mulheres que amamentavam os filhos das senhoras brancas) e cuidavam dos filhos dos senhores tendo um papel importante na criação dos mesmos como enfatiza Rosa (*apud* GIACOMINI 1988, p. 51):

As amas-de-leite foram mais que simples fornecedoras de alimentação aos lactantes, as amas-de-leite tiveram um papel considerável na educação das crianças brancas. Elas passavam grande parte da infância e da adolescência com os filhos dos senhores

Em muitos casos, a negra escrava não conseguia criar seus filhos, uma vez que tinha como dever cuidar dos filhos dos senhores. Se ela engravidasse tinha que continuar realizando os trabalhos braçais, por esta razão, muitas acabavam sofrendo

abortos “espontâneos” ou tendo grandes dificuldades para amamentar os seus filhos. Estas questões são relatadas por Silva (2010, p. 3):

A escrava foge dos princípios que norteiam as relações familiares da sociedade escravocrata, diferentemente das mulheres da classe dominante à sexualidade da escrava não se enquadra nos parâmetros ideológicos da família branca, não está voltada a procriação e nem a reprodução. São inúmeros os casos de negligência e de descaso dos senhores, no que se refere a questão e tratamento da reprodução das escravas visto que quando grávidas não dispunham ou melhor, não lhes eram concedidas nenhuma condição por mínima que fosse para que houvesse um melhor desenvolvimento do feto.

Ainda de acordo com Silva (2010), os senhores não se importavam com a reprodução das mulheres negras, pois, não era algo lucrativo criar escravos que não dariam lucro imediato. Além de todas as opressões sofridas por essas mulheres, as mesmas sofriam com o abuso sexual dos senhores que naquele momento detinham dominação racial, sexual e de classe. Era um patriarcado judicial, embasado e defendido pela representação ideológica hegemônica branca, enfatizando a masculinidade colonial.

Além disso, eram maltratadas pelas senhoras, que acusavam-nas de seduzir seus maridos. Tirou-se muito da mulher africana trazida para ser escrava no Brasil. A elas foram negados direitos como: a saúde, sexualidade, identidade, maternidade. A mulher escrava não se pertencia, foi guardado a estas um lugar depreciativo em relação à mulher branca e europeia. Neste sentido, é importante enfatizar como ocorreu a escravidão da mulher negra no Brasil, pois não só de opressão e subordinação era constituído o cotidiano das mulheres escravizadas:

Partindo dessas análises precisamos entender que as experiências das mulheres negras escravizadas devem ser levadas em conta na hora de escrever a história da escravidão e do próprio país, pois o conhecimento de suas experiências, suas estratégias de sobrevivência e de mobilidade social, não apenas permite que a história das mulheres seja vislumbrada num aspecto mais amplo, como torna possível uma revisão crítica da escrita histórica (SILVA 2010, p. 2);

Como estratégias de sobrevivência ocorreram diversos episódios de fugas das escravas junto com seus filhos, com o objetivo de renunciar a árdua rotina que envolvia trabalho, exploração, castigos, abusos sexuais entre outras formas de violência por estas sofridas no período escravocrata.

2.3 ESCRAVIDÃO COMO UM MODO DE PRODUÇÃO PRÉ-CAPITALISTA

O capitalismo tem como pressuposto um sistema histórico escravista, uma vez que se beneficiou imensamente da escravidão colonial ao longo de uma fase crítica de seu desenvolvimento. Muitos autores afirmam que o capitalismo no Brasil iniciou após a abolição da escravatura. A escravidão colonial apresentou desde a sua gênese um caráter mercantil, pautado na produção do excedente, estabelecendo assim, um sistema pré-capitalista. Arrancados da África, homens e mulheres negros passaram da condição de homens e mulheres livres para escravos. Passaram de seres humanos para mercadorias. Deste modo, o tráfico de escravos serviu como fonte de acumulação e exploração (WILLIAMS, 1975). O capital acumulado com o trabalho escravo no Brasil, gradualmente era convertido em capital industrial fortalecendo a indústria europeia como destacam Silva e Carvalho:

Do ponto de vista teórico considero que a sociedade escravocrata brasileira particularmente no período dos séculos XVIII e XIX não era pré-capitalista e sim o que havia no país era um capitalismo característico da divisão mundial do trabalho que relegava ao Brasil o papel de nação agro-exportadora baseada na mão de obra escrava e ao mesmo tempo importadora de produtos manufaturados. Durante mais de dois séculos o modo de produção escravista na América latina não foi incompatível com o desenvolvimento das forças produtivas na Europa pelo contrário durante o domínio colonial e mesmo após o fim desse período propiciou a chamada acumulação primitiva de capitais que impulsionou o pleno desenvolvimento da revolução industrial e conseqüentemente do sistema capitalista (Marx, 1978). (SILVA, CARVALHO 2010, p. 16-17)

No que se refere às plantações em que os escravos trabalhavam, as mesmas vão além da produção para subsistência, para uma produção em grande quantidade destinado ao mercado mundial como destaca Eric Williams no seu livro “Capitalismo e Escravidão” (1975),

O beneficiamento das matérias-primas coloniais fez surgir novas indústrias na Inglaterra, proporcionou mais empregos na rota mercante e também contribuiu para a expansão para o mercado mundial e do comércio internacional. Dentre essas matérias-primas, o açúcar ocupava um lugar preeminente e sua manufatura deu origem à indústria de refinação desse produto. (WILLIAMS 1975, p. 81)

Outro exemplo de matéria-prima produzida no Brasil era o algodão que supriu grande parte da demanda das indústrias têxteis na Europa, que no momento encontravam-se em ascensão.

Desse modo, a mão de obra escrava explorada no Brasil estando inserida no sistema produtivo mundial, seguia tendências internacionais, como se pode ver no processo de abolição da escravatura, abordado no item seguinte.

2.4 O PROCESSO DE ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Em 1822 os ingleses começam a pressionar o Brasil para a abolição da escravidão. Esse processo de abolição da escravatura se deu forma prolongada e árdua. Algumas leis antecederam abolição da escravatura: a primeira foi promulgada em 4 de setembro de 1850, a lei Eusébio Queiroz, que determinou a extinção do tráfico de escravos para o Brasil. Porém, com o fim da entrada de escravos no país, o preço dos escravos aumentou assustadoramente no interior, chegando a dobrar o valor. Houve também o tráfico de escravos dentro do país, mas dessa vez por terra. A partir da abolição do tráfico de escravos, o abolicionismo enquanto ideologia conquistava diversos seguidores. Nas cidades e no meio rural era cada vez menor a presença dos afrodescendentes escravos, pois sua mão de obra estava sendo substituída pelo trabalhador assalariado. Neste momento também ocorriam inúmeras fugas de escravos.

Em 1865, iniciou-se a Guerra do Paraguai, quando os senhores de terras, para não terem que mandar seus filhos ou parentes para guerrear, enviaram os cativos no lugar, prometendo-lhes a liberdade se regressassem, como aponta Nascimento (1978, p. 65-66):

A covardia de tal processo de conscrição se demonstrava revoltante através do comportamento dos filhos do senhor branco: quando convocados para servir ao exército, enviavam em seu lugar o escravo, preferindo arriscar a vida negra antes que a sua própria vida branca.

Desde aquela época pode-se observar o genocídio da população negra com o intuito de embranquecer o país, pois o envio de negros para os campos de batalha contribuiu ainda mais para dizimá-los.

Em 1870 acabou a Guerra do Paraguai, e os senhores exigiram que os escravos que para o Brasil regressaram, voltassem a trabalhar nas suas terras, como indica Trevisan (1998, p. 31) “[...] boa parte dos seus antigos senhores exigiam

de volta como escravo. O máximo que esses senhores conseguiam eram algumas indenizações, pois as autoridades judiciárias acabavam garantindo a liberdade formal do ex-soldado negro”.

Pode-se perceber que os senhores não pretendiam cumprir com suas promessas de liberdade aos que voltavam da guerrilha. Além disso, os mesmos nunca saíam no prejuízo, uma vez que foram indenizados pelo Estado.

Ao passar de cada ano aumentava o clamor popular pelo fim da escravidão. Em 12 de maio de 1871 foi promulgada a Lei do Ventre Livre (BRASIL 1871). Esta lei decretou que a partir da data de sua publicação os filhos das mulheres negras escravizadas seriam livres. Por muitos anos esta Lei foi festejada como uma conquista. Porém, a mesma tornou-se um fator de desagregação da família negra, pois, possuía em seus artigos emendas que alteravam o seu sentido, como o Artigo 2º que declarava que os filhos “livres” da escrava poderiam ficar com a mãe até o 8º ano de vida, e posteriormente, o senhor da escrava mãe teria duas opções: a primeira era a indenização pelo Império e a segunda utilizar-se da criança como escravo até os seus 21 anos de idade. Dessa forma, esta Lei estava mais a serviço dos escravistas do que a serviço dos abolicionistas, nessa perspectiva tem-se como referência Trevisan:

Essa lei era apresentada com uma conquista dos abolicionistas. Engano sério. Os escravistas é que ganharam: conseguiram deter o ímpeto da campanha abolicionista e enredaram o Império na necessidade de indenizá-los, criando uma espécie de clima obrigatório á indenização, caso algum dia viesse a abolição. O Ministro Rio Branco tinha na pasta da Justiça Sayão Lobato, um defensor escravista. Entretanto esse Ministério faz o ventre livre... Estranho? Não. Simplesmente, os próprios escravistas mais esclarecidos perceberam que era preciso ceder em alguma coisa para manter o principal que era a escravidão, e mais importante que ela o princípio da indenização. (TREVISAN, 1988, p. 32).

Em 1885 foi promulgada a Lei do Sexagenário (BRASIL, 1885) que concedia liberdade aos escravos com 65 anos ou mais. Esta Lei mudava pouco a realidade, visto que a maioria dos escravos não chegava aos 65 anos de idade e os poucos que chegavam eram “libertos”, mas não tinham para onde ir, pela falta de condições para se manter e muitos desses viravam mendigos, já que, não eram indenizados pelos anos de trabalho. Essa era uma estratégia utilizada pelos fazendeiros para despojarem os escravos improdutivos pela velhice. Após uma árdua batalha dos abolicionistas, da população negra escrava que se mantinha resistente, e por exigência do próprio sistema capitalista (que pretendia uma ampliação de mercado

consumidor), em 13 de maio de 1888 foi sancionada a Lei Áurea (BRASIL, 1888) que tinha por objetivo abolição da escravatura no Brasil. É de suma importância enfatizar, que a abolição da escravatura mesmo sendo comemorada pelos (as) ex-escravos (as) foi um jogo político, como aponta Trevisan

Mesmo com todas as manobras políticas, mesmo com todos os disfarces possíveis, a Abolição chegou. Apesar de pressentirem seu destino na condição de ex-escravos, estes fizeram festa nas ruas do Rio; 'foi o único delírio popular que me lembro de ter visto', diz o testemunho insuspeito de Machado de Assis. E não era pra menos. Apesar de ter vindo de um acordo entre os brancos, a liberdade – ainda que formal – chegou para os negros. E liberdade é coisa que faz falta sempre. Mesmo que seja uma liberdade pequena, disfarçada, traz uma alegria que só quem é livre pode saber como é (TREVISAN, 1988, p. 37).

Ainda assim, o dia 13 de maio tem a sua importância simbólica não somente pelos que lutaram e morreram em prol do fim do escravismo, mas também para o registro de como a história pode ser fraudada por aqueles que detêm o poder no Brasil. De todos os países do continente americano, o Brasil foi o último a abolir a escravatura mesmo sendo pressionados pelos ingleses em virtude da revolução industrial, pois os ingleses queriam vender máquinas e os escravos passaram a ser concorrentes a esse novo mercado mais interessante financeiramente. O que é pouco esclarecido nos livros de história é que a abolição da escravatura foi algo pensado, arquitetado e preparado por muito tempo, conforme será abordado no próximo tópico.

2.5 A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E O PRIMEIRO PASSO PARA A MISÉRIA SOCIAL DA POPULAÇÃO NEGRA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

O que pouco é estudado no processo histórico abolicionista, é todo cenário que estava por trás da “libertação” dos(as) escravos(as). A escravidão como condição de trabalho deixou de ser lucrativa e, por esta razão, foi substituída. Além disso, o governo brasileiro desde 1881 já estava investindo na vinda de imigrantes europeus, por meio de uma política nacional de promoção da imigração, europeia afim de substituir a mão de obra da população negra escravizada, porém de forma assalariada como destaca Trevisan

É verdade que os dirigentes políticos, conservadores, liberais, agiram com muita competência e, lentamente, prepararam a Abolição. Como os fazendeiros escravistas iriam realmente perder muito – não só financeiramente mas também em termos de poder político, o que era muito pior – tudo foi tentado para suavizar o processo; proporcionou-se um longo tempo para eles se acostumassem com a idéia e se preparassem economicamente para ela, com a mão-de-obra assalariada europeia. Mas este processo lento e competente era para ficar bem mascarado. O que deveria mesmo aparecer era o final feliz, um presente da Princesa, como uma espécie de concessão á civilização moderna. (TREVISAN, 1988, p.39)

O investimento na mão de obra imigrante assalariada também possuía como objetivo o embranquecimento da população brasileira. Com a tese do embranquecimento criava-se um recurso para a “problemática” racial no país, por meio da eliminação gradual da população negra (genocídio), que seria incorporada pela população branca. Nesse sentido vislumbra-se que:

A tese do branqueamento, compartilhada pela elite brasileira, era reforçada, de um lado, por uma evidente diminuição da população brasileira negra em relação à população branca devido, entre outros fatores, a uma taxa de natalidade e expectativa de vida mais baixas e, por outro lado, devido ao fato de a miscigenação produzir uma população gradualmente mais branca. Assim, segundo dados do IBGE, em 1890, havia 44% de brancos, 41,4% de mulatos e 14,6% de negros. (SKIDMORE HASENBALG *apud* BERNARDINO 2002, p. 68)¹

No momento em que a lei áurea foi promulgada, menos de 5% da população negra ainda era escrava. Com o fim do tráfico de escravos para o Brasil em 1850, foram reduzidos os números de escravos e as fugas das senzalas eram cada vez mais constantes. Muitos negros e negras também já haviam comprado sua Alforria. O que fica evidenciado é que, em todas as situações de “libertação” (Lei Eusébio Queiroz, Lei do Ventre Livre, Lei do Sexagenário, e Lei Áurea), a finalidade foi meramente utilizar um discurso humanista vago para ocultar as reais intenções. O que se vê é uma jogada de *marketing* político, na qual se destacou a imagem da Princesa Isabel como uma governante humanista. Era politicamente imprescindível a abolição da escravatura para estabelecer que algo novo chegara. Ao menos precisava ter uma imagem de coisa nova. A grande questão é que a “coisa nova” não chegou para os (as) ex-escravos (as). Os afrodescendentes saindo do modo de

¹ Se faz necessário enfatizar aqui, que o índice da população negra em 1890 citado apresentou-se baixo, pelo fato do IBGE nesta época não considerar como negro(a) o(a) mulato(a), lembrando que a palavra mulato é um expressão altamente pejorativa. Por esta razão o processo de auto-declaração tem enorme importância. Também importante frisar novamente, que esta miscigenação não ocorreu de forma harmônica. Ela também e resultado de estupros praticados pelos senhores contra negras escravizadas, como já mencionado neste trabalho. Esta ideologia que difere “negros” e “mestiços” favoreceu extremamente o projeto de dominação burguesa.

vida escravista, deparou-se com todos os obstáculos de adaptação à estrutura social em construção, pois continuaram sendo marginalizados, sem condições objetivas de ascender socialmente na sociedade capitalista de classes que se constituía no país, como afirmam Abreu e Marcondes (1991, p. 261), “[...] a abolição foi uma questão do trabalho mal resolvido porque deixou 780.000 trabalhadores negros na clandestinidade, sem carteira de trabalho, no subemprego e sem terra para trabalhar”. A população negra agora “livre” deparou-se com a miséria, analfabetismo (decorrente da negação de poder frequentar as escolas, promulgado na Lei Complementar à Constituição do Império, em 1824), sem moradia, foram residir em regiões precárias e afastadas dos bairros centrais das cidades. Uma grande reforma urbana no Rio de Janeiro, em 1904, expulsou as populações pobres (que se constituía em sua maioria por afrodescendentes) para os morros.

A mão de obra europeia era considerada mais “apta” para os trabalhos nos moldes das sociedades capitalistas de classes. Entretanto, essa aptidão ao trabalho industrial dos imigrantes europeus não condizia com a realidade da época, visto que as maiorias destes imigrantes provinham de áreas rurais dos seus países. Desse modo, a justificativa para o favoritismo dos trabalhadores europeus, revelava-se desde então pelo preconceito racial (racismo) contra a população negra e pelo menosprezo da mão de obra negra nacional do que pela melhor qualidade técnica. (SILVA e CARVALHO 2010 *apud* KOWARICK 1987 p.18):

A imensa maioria das tarefas industriais não exigia habilitação, pois, as fábricas, desde seus primórdios, operavam máquinas que parcializavam, os processos produtivos necessitando á parte diminuto número de funções técnicas especializadas, mão – de- obra que não precisava ter qualquer qualificação profissional. A utilização do braço estrangeiro na indústria paulista não decorreu da melhor qualificação do imigrante, que, por sinal, só excepcionalmente trazia alguma experiência profissional prévia.

Nesta mesma perspectiva Valente afirma que:

O “problema negro” foi gerado com as formações capitalistas. Durante a escravidão, o negro era coisa, uma mercadoria, era considerado não-humano e não tinha com quem competir nessa situação. Somente depois de os negros tornarem-se livres e passarem a disputar posições com os imigrantes e com outros brancos é que o preconceito e a discriminação raciais passaram a ser utilizados como armas da competição (VALENTE, 1987, p.58).

Para melhor compreensão sobre esse grande mal da humanidade, chamado racismo, este tema será aprofundado no tópico seguinte.

2.6 RAÇA, RACISMO E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

É de suma importância apresentar neste estudo conceitos como preconceito e discriminação. A definição da palavra preconceito de acordo com o dicionário de língua portuguesa Aurélio é um “Conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; ideia preconcebida”. Enquanto discriminação é “[...] Tratamento desigual ou injusto dado a uma pessoa ou grupo, com base em preconceitos de alguma ordem, notadamente sexual, religioso, étnico, etc”.

Para analisar o conceito de racismo, precisa-se partir do pressuposto do conceito de raça. Diversos autores tratam os conceitos de raça e racismo de acordo com suas percepções e tempos históricos diferentes.

Neste estudo está empregado o termo raça no seu sentido social, uma vez que a ciência genética confirmou a existência de somente uma raça: a humana. Alguns biólogos já propuseram que o termo raça seja extinto, porém, este termo mantém-se no uso popular, bem como na produção trabalhos e estudos. Nestes casos o conceito raça é utilizado com uma perspectiva social e política, ponderando o termo raça como uma construção sociológica, e uma categoria social de dominação e de exclusão como reitera Munanga (2003, p. 6):

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos denegro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico.

Semelhantemente a questão é compreendida por Octávio Ianni como um sentido:

[...] de raça social, e não de raça biológica, dado pela antropologia e a genética. Isto significa que as raças são tomadas nas acepções dadas a partir da perspectiva das próprias pessoas envolvidas na situação social concreta, situação essa na qual os critérios biológicos são geralmente menos importantes, esquecidos, ou socialmente recriados, segundo os componentes sociais da situação. Ocorre que a noção sociológica de raça nos coloca diretamente de relações políticas, na medida em que as diferenças de atributos, traços e marcas ou outros elementos fenótipos e

físicos, raciais ou não, são organizados e definidos pelas relações sociais de apropriação econômica e dominação política. (SILVA, 2016, p. 164)

Deste modo, a discriminação racial pode ser classificada como a ação do racismo e a consumação do preconceito. O racismo por questões lógicas e ideológicas é frequentemente abordado a partir da raça. Fundamentado nos vínculos entre “raça” e “racismo”. O racismo refere-se conceitualmente a uma crença de que as pessoas possuem características inerentes, herdadas biologicamente que definem o seu comportamento. É uma discriminação social sustentada por um conjunto de julgamentos pré-concebidos, que classificam as pessoas de acordo com suas características físicas, em especial a cor da pele. É a crença da superioridade de um grupo racial sobre o outro. Este racismo expressa-se na sociedade em alguns momentos de forma velada, mas em outras ocasiões de forma explícita. O racismo influencia diretamente e indiretamente nas condições de vida das pessoas, visto que o mesmo é um grande condicionante das relações sociais como aponta Amaro (2005, p. 59) “ pratica-se no Brasil uma exclusão pela cor, pela etnia do sujeito, pela atribuição de valor diminuído e depreciativo ao indivíduo portador de determinada cor de pele. Esse processo de estigmatização e biopoder denomina-se racismo”.

O racismo em si é algo extremamente cruel, a situação torna-se ainda pior quando o mesmo perpassa o cotidiano das instituições, deste modo estabelecendo o racismo estrutural conhecido também como institucional. Essa modalidade de racismo apresenta-se por meio de normas, comportamentos, práticas discriminatórias adotadas no cotidiano de trabalho, decorrente da ignorância, falta de atenção, preconceitos e estereótipos racistas. No discurso do Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional – DFID e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2005, p. 6) “[...] em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações”. O racismo institucional coloca barreiras ao exercício da cidadania, e a população negra passa a ocupar o lugar de população “carente” dos serviços mínimos (alimentação, moradia, educação, trabalho) entre outros. O racismo no Brasil está presente nas práticas e nos discursos, todavia não é reconhecido pelo sistema jurídico e negado pelo discurso não racista da nacionalidade devido ao mito da democracia racial, assunto do item seguinte.

2.7 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

A democracia racial declara que a relação entre negros e brancos no Brasil se deu e ainda se dá (para quem acredita) de uma forma harmônica. Essa ideologia ganhou respaldo na obra de Gilberto Freyre *Casa Grande e Senzala*, publicado em 1933. Gilberto Freyre também enunciou que a miscigenação continuada entre as três raças (ameríndios, os descendentes de escravos africanos e brancos) conduziria a uma "meta-raça", neste sentido “surge então no Brasil um ideário de branqueamento que alimentou a noção de democracia racial, apoiando a partir da década de 1930, uma ideia do mestiço como símbolo da sociedade brasileira” (SILVA, 2008, p. 72).

O conceito de democracia racial coloca a escravidão para fora da simples perspectiva da dominação. Este fato parece verdadeiro para muitas pessoas, principalmente quando comparam o Brasil aos Estados Unidos, onde ao longo da sua história enquanto nação o racismo não é mascarado, uma vez lá existiram leis que privavam os cidadãos não brancos de diversos direitos, haviam regras diferentes no uso de transportes e banheiros públicos entre negros e brancos. Foi neste país que militantes negros com Malcolm X² e Martin Luther King³ foram assassinados. No Brasil o racismo se caracteriza pela sua mascaração, mais conhecido como racismo velado. Com o passar do tempo, a democracia racial transformou-se em uma teoria abrangentemente assumida e defendida entre os brasileiros e entre muitos acadêmicos estrangeiros. Existe racismo no Brasil sim, a sociedade brasileira é extremamente racista o que se pretende com este mito é como salienta Gomes (2005, p. 57) “[...] falsear uma dada realidade”. Este racismo dificulta o acesso dos afrodescendentes a diversos espaços, diversos serviços, exclui e oprime esta população ocasionando diversos casos de violação de direitos sociais, culturais e humanos. O Brasil não é um país de democracia racial.

Nesta perspectiva funda-se o Movimento Negro no Brasil, denunciando esse mito da democracia racial. Um ano após a abolição da escravatura foi proclamada a República no Brasil, em 1889 e nesse período os afrodescendentes começaram a se

² Malcolm X foi um dos maiores representantes na defesa dos direitos dos negros nos Estados Unidos.

³ Martin Luther King, Jr. foi um importante pastor evangélico e ativista político norte-americano. Lutou em defesa dos direitos sociais para os negros e mulheres, combatendo o preconceito e o racismo.

organizar, criando os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, que primeiramente eram diversos grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados do país. No começo o movimento permaneceu mais isolado politicamente. Após este primeiro momento, no ano de 1931, fundou-se a Frente Negra Brasileira – FNB, na cidade de São Paulo. O FNB foi um grande salto na luta da população negra por seus direitos, na luta pela igualdade, contra o racismo e com reivindicações políticas mais deliberadas. Em 1978 é fundado o Movimento Negro Unificado - MNU. Com o tempo grande parte do movimento negro vai criando vínculos com partidos e sindicatos, buscando estabelecer uma ligação nas ações de natureza classista e anti-racista. O movimento negro teve um grande avanço ao longo da sua trajetória, dentro dessa perspectiva Gomes (2005, p. 59) reforça que:

A expectativa do Movimento Negro e de todos aqueles que se posicionam contra o racismo e a favor da luta anti-racista é de construir um país que, de fato, apresente e crie condições dignas de vida e oportunidades iguais para toda a sociedade, principalmente para os grupos sociais e étnico raciais que vivem um histórico comprovado de discriminação e exclusão. Aí, sim, estaremos construindo uma sociedade realmente democrática que resiste e valorize a diversidade.

O MNU realizou e encorajou um grande debate sobre questões raciais no Brasil, na perspectiva das populações de ascendência africana nominadas de povo negro. Ao longo da história o MNU continua denunciando as desigualdades raciais, manifestações preconceituosas e discriminatórias e desenvolvendo um projeto político óptica da população negra. Atualmente o Movimento Negro Unificado é formado também por estudantes universitários e pesquisadores negros, muitos se organizando em associações e organizações dentro da academia. Este movimento vem cada vez mais ocupar os espaços buscando participação política efetiva. É de suma importância mencionar que as mulheres negras também foram e são protagonistas na participação e mobilização pelos direitos sociais, e pelo fim da discriminação racial dentro e fora do MNU. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CF/88, em seu Artigo 5º, inciso XLII, tornou a prática do racismo um crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (BRASIL, 1988), dando mais provas que a democracia racial é um mito, visto que não há sentido em combater algo que já não existe. Mesmo a Constituição abordando o racismo como crime inafiançável, atualmente vários casos são tratados como injúria racial, tornando-se assim financiáveis.

Outro grande progresso da população negra junto ao movimento negro foi a fundação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, criada em 2003 pelo Governo Federal, tendo como objetivo

- Promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra;
- Acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e outros órgãos do Governo Brasileiro para a promoção da igualdade racial;
- Articular, promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais;
- Promover e acompanhar o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinados pelo Brasil que digam respeito à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica;
 - Auxiliar o Ministério das Relações Exteriores nas políticas internacionais, no que se refere à aproximação de nações do Continente Africano (BRASIL, 2003).

A fundação da SEPPIR confirma o compromisso com a construção de uma política de governo orientada para os interesses concretos da população negra e dos demais segmentos étnicos discriminados. Ainda no ano de 2009, foi instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), Lei nº 4.886 de 20 de novembro, que tinha como meta principal a redução da desigualdade racial no país, com destaque na população negra.

2.8 A POPULAÇÃO NEGRA NA ATUALIDADE NO BRASIL

*A carne mais barata do mercado é a carne
negra
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo de plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
(Seu Jorge, Marcelo Yuca & Wilson
Capellet)*

Atualmente a população negra vive em todos os estados do país. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apontam que no ano de 2014 a população brasileira era majoritariamente negra (contabilizando negros e pardos) somando 53,6%, enquanto os brasileiros que se declaravam brancos eram 45,5%. Mesmo sendo a maioria da população brasileira, e mesmo passados 128 anos da abolição da escravidão, análises estatísticas das relações raciais no país, demonstram o quanto o escravismo interferiu na estratificação social, especialmente

na concentração racial da riqueza. Os afrodescendentes em sua maioria continuam invisibilizados, a margem da pobreza e exclusão social. Essa estrutura de desigualdade social é resultado do racismo e capitalismo. O racismo é percebido e vivido no cotidiano desta população, sendo assim, um grande determinante das relações sociais, ou seja, os negros são vulneráveis socialmente majoritariamente por causa da cor da sua pele, conforme salienta Jaccoud:

O resultado final é que a cor da pele encontra-se fortemente associada à probabilidade de se encontrar indivíduos no estágio que representa a mais drástica forma de privação material: a pobreza. Os resultados mostram que, na população brasileira como um todo, a proporção de pobres permanece estável em 34% ao longo do período de 1995-2001. No entanto, uma análise por recorte de cor evidencia que a pobreza é muito maior entre a população negra. A probabilidade de um branco ser pobre situa-se em torno de 22%, mas, se o indivíduo é negro, a probabilidade é o dobro – 48%. (JACCOUD, 2002, p. 28).

A população negra alcançou vitórias, mas a realidade ainda está longe da ideal. Ainda luta-se, arduamente, pela igualdade de condições e acessos aos direitos humanos e sociais. As marcas das desigualdades históricas e do período escravocrata ainda se apresentam frequentemente na sociedade e em suas diversas ramificações: educação, saúde, mercado de trabalho, habitação, violência, Índice de Desenvolvimento Humano, onde há desvantagem em relação aos brancos.

2.8.1 População negra e educação

No que diz respeito à educação brasileira, as desigualdades nos processos de escolarização vêm sendo denunciadas há anos por estudiosos das relações raciais, já que o racismo se faz presente de diversas formas nesses espaços, afetando diretamente o projeto de um país mais democrático e de oportunidades a todos, uma vez que negros e brancos ainda não têm o mesmo acesso a educação. Conforme publicado no documento Situação Mundial da Infância (2011), um adolescente negro de 12 a 17 anos tem 42% mais chances de estar em evasão escolar, do que um adolescente branco na mesma faixa etária. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD revelam que o analfabetismo entre adolescentes negros de 12 a 17 anos é quase duas vezes maior do que entre brancos. Estes adolescentes enfrentam problemas como racismo na escola, a falta

de infraestrutura e de moradia, baixa renda familiar (muitas vezes ligada ao racismo ocasionando em diversas situações a entrada precoce desses adolescentes no mercado, muitas vezes em trabalhos informais), e altos índices de violência. O Movimento Negro, por meio de muita luta, denunciou e demonstrou que o acesso e permanência da população negra no sistema educacional é permeado por uma série de entraves que tem como pressuposto a discriminação racial. Essas constatações forçaram o Estado a implantar políticas públicas de combate a essas desigualdades étnicas e sociais que refletem na educação brasileira. Neste cenário foi promulgada em 9 de janeiro de 2003 a Lei nº 10.639, que em seu artigo 26-A, torna obrigatório o ensino de história da África e cultura afro-brasileira. Em 2004 o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas. A lei 10.639/03 é uma conquista, uma vez que a escola tem um papel imprescindível no combate aos vários tipos de preconceito, eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao oportunizar o acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que conduz as relações sociais e raciais. Com esta lei também foram surgindo novas pesquisas, novos livros didáticos que vieram a contemplar a verdadeira história da população negra, o que não ocorria anteriormente, como enfatizam Souza e Motta (2002, p. 44)

Sabemos que o livro didático é o principal instrumento ideológico da escola. A criança não vê nele seu cotidiano representado, mas muitas vezes percebe a ausência de pessoas negras representadas ou ocupando posições subalternas. Isso resulta em uma sensação de estranheza, podendo levar a criança negra a auto-depreciação, e a construção de uma auto-imagem negativa.

Os novos livros didáticos retratam a história de heróis negros e heroínas negras, que lutaram até a morte pela liberdade do seu povo, resgatando toda a história de luta e resistência. Outra questão importante para a efetivação desta lei, é a formação profissional dos educadores, para que os mesmos analisem a questão étnico racial buscando desprender-se dos hábitos eurocêntricos, pois fica evidenciado o despreparo dos professores para atuar no bojo das questões étnico-raciais. Outro grande progresso na educação da população negra foram os programas de ações afirmativas no Brasil, que surgiram nas universidades a partir de 2001, por meio do decreto do governo do Rio de Janeiro e aos poucos foi sendo

incorporado nas universidades. Estas ações foram impulsionadas pela Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, sob o patrocínio da ONU, realizada em Durban, África do Sul no ano de 2001. Segundo Gomes (2001, p. 6),

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade.

Sell (2002, p. 28-31) elenca cinco promessas das ações afirmativas:

- 1- A ação afirmativa gerará modelos positivos a serem seguidos pelos outros negros, o que evitará vários problemas para a sociedade como um todo;
- 2- A ação afirmativa promoverá um resgate da identidade negra;
- 3- Profissionais negros servirão melhor à comunidade negra;
- 4- A eficiência da ação afirmativa não pode ser adequadamente substituída por políticas para as regiões mais pobres;
- 5- A ação afirmativa tem por objetivo diminuir, e não aumentar, a importância da raça na sociedade;

A política de ações afirmativas é um recurso para a efetivação dos direitos aos afrodescendentes, quebrando privilégios de poucos segmentos societários. Conforme a Síntese de Indicadores Sociais, publicada pelo IBGE, no ano de 2004, 16,7% dos(as) alunos(as) pretos(as) ou pardos(as) estavam na faculdade. No ano de 2014, esse percentual ampliou-se para 45,5%. Em relação aos estudantes brancos, em 2004 47,2% frequentavam o ensino superior, dez anos depois, esta fração aumentou para 71,4%. A partir destes dados é possível constatar que com a implementação das ações afirmativas houve um aumento no ingresso da população negra no ensino superior, porém, a maioria ainda é branca. É importante salientar que além das ações afirmativas para o ingresso nas universidades, é de suma importância pensar em políticas de permanência estudantil formuladas com as reais necessidades e expectativas estudantis: bolsa de estudantil, moradia estudantil, alimentação, serviço de creche (para os filhos dos estudantes), inclusão digital entre outros, intervindo assim, nas situações de evasão e abandono que perpassam milhares de estudantes afrodescendentes. Outra questão importante é questionar a existência do vestibular como forma de ingresso nas universidades públicas uma vez que, este método é uma prática de seletividade social no sistema educacional brasileiro e vai contra a ideologia de universalização do direito ao estudo.

2.8.2 População negra e saúde

A saúde da população negra está totalmente relacionada as péssimas condições de vida da maioria das pessoas que compõem esta população, uma vez que:

A saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. E assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida" (VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE p. 1).

Partindo deste pressuposto, os afrodescendentes atualmente, encontram-se majoritariamente a margem da pobreza, a maioria reside em habitações precárias (muitas vezes sem saneamento básico), devido à falta de políticas de habitação, no momento da abolição da escravidão como já mencionado anteriormente. Boa parte desta população ainda realiza trabalhos ou ocupações de menor prestígio e valorização como pedreiros, serventes, pintores, caiadores e trabalhadores braçais na construção, faxineiros, lixeiros, serventes, camareiros e empregados domésticos. É importante frisar que todas estas profissões têm a sua importância na sociedade, entretanto, há uma desigualdade na ocupação de tais cargos, pois a população negra é a maioria que exerce tais funções, consequência do período escravista e da abolição da escravatura sem inclusão digna desta população no "novo" modelo econômico da sociedade. Estes trabalhos por exigirem grande esforço físico, acabam por danificar ainda mais a saúde física e mental das pessoas. Em relação ao acesso dos afrodescendentes à saúde, este ingresso ocorre de forma precária e discriminatória. Quando abordamos o racismo dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), a situação piora. O racismo institucional no SUS é uma violência simbólica praticada há anos. Dados de 2011 da Política de Promoção da Igualdade Racial, informam que dentre os usuários do SUS 70% são pessoas negras, ou seja, a maioria dos clientes do SUS são negros. Porém a avançada legislação do SUS pautada em conquistas e direitos humanos ainda não garante a esses usuários suas necessidades em saúde, tendo em vista que a população negra tem suas características. A anemia falciforme, classificada como a principal doença genética

que ataca os afrodescendentes, seguidamente a "hipertensão arterial, o diabete mellitus e uma forma de deficiência de enzima hepática, a glicose-6-fosfato desidrogenase". Estima-se que essas doenças recaem sobre outros grupos étnico-raciais, porém a potência de seus impactos reflete principalmente sobre a população negra.

De acordo com os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), desenvolvido pelo Ministério da Saúde entre os anos 2007 a 2009, a população negra morre mais jovem que a população branca. Homens negros de 10 a 29 anos apresentam risco de morrer 80% maior do que os jovens brancos. Mulheres negras da mesma idade, o risco é 30% maior do que o apresentado para as brancas. O risco de morte para a população negra de 10 a 29 anos é maior tanto nas causas de doenças transmissíveis como nas causas de doenças não transmissíveis. No primeiro grupo, a chance de morrer por AIDS é 40% maior, tuberculose 130% maior comparando a população jovem branca e negra. O mesmo é observado no segundo grupo, nos quais foram constatados riscos de mortalidade maior para a população jovem negra em doenças falciformes e hipertensivas de 350% e 115% respectivamente.

Outro aspecto muito importante a ser abordado neste trabalho é a saúde mental da população negra. Por qual motivo as pessoas negras que desenvolvem transtornos mentais encontram tantas dificuldades em receber auxílio psicológico? Arraes (2013) menciona que a exclusão social e a discriminação racial, resultam em profundas tristezas e problemas como: dependência química, depressão, e que não é difícil constatar que existe milhares de pessoas negras passando por transtornos psicológicos sem receber qualquer tipo de auxílio. O racismo dificulta o acesso a atividades e papéis sociais apontados como importantes na sociedade. As pessoas negras são frequentemente barradas em empregos e profissões de qualidade, em moradias ou locais para o consumo, resultando em um efeito "bola-de-neve": como são a todo momento marginalizados pela sociedade racista e excludente, não se encaixam naquilo que culturalmente reconhece-se como importante, diversas dificuldades emocionais e psicológicas aparecem, visto que ser integrante de uma comunidade, ser bem quisto dentro dela e manter relações sociais de cooperação são princípios imprescindíveis para o bem estar do ser humano. Arraes (2013) ainda aponta que é difícil fazer uma estimativa apurada entre saúde mental e questão étnico-racial no país, posto que os dados não são

devidamente colhidos e muitas pesquisas na área de saúde mental não registram a cor do indivíduo atendido e quando a cor é registrada, não é analisada criticamente.

Tendo como pressuposto toda essa conjuntura de racismo e discriminação étnico-racial no Brasil, no dia 13 de maio de 2009, através da Portaria nº 992, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN. Entre as diretrizes da Portaria estão a inclusão dos temas Racismo e Saúde da População Negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social da saúde, o reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde. Esta política constituiu-se a partir de conquistas da sociedade civil principalmente por conta das reivindicações dos movimentos negros. É um espaço de enfrentamento ao racismo na produção de condições de vida e de saúde da população negra. Esta política tem sua essência no direito a saúde com equidade para todos e correção das vulnerabilidades sociais. A garantia e a ampliação do acesso a população negra residente de áreas urbanas, em particular nas regiões a garantia periféricas dos grandes centros, às ações e aos serviços de saúde, bem como também, garantir e ampliar o acesso da população negra do campo e da floresta, em particular as populações quilombolas, às ações e aos serviços de saúde (BATISTA; WERNECK e LOPES, 2012).

2.8.3 População negra e mercado de trabalho

O resgate histórico apresentado neste trabalho evidencia desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros, pois a população negra teve sua mão de obra desvalorizada ao longo da história do Brasil. Neste campo socioeconômico a discriminação racial atualmente apresenta-se de diversas formas. Dados do IBGE demonstram que no ano de 2014, o percentual de brancos (homens e mulheres) em trabalhos informais era 35,3%, enquanto entre os negros (homens e mulheres), o percentual era de 48,4%, demonstrando que a população negra ainda se encontra, em grande quantidade, em trabalhos informais, com baixos salários, em muitos casos sofrendo exploração e sem direitos trabalhistas, uma vez que estão fora do mercado formal de trabalho. Em relação às desigualdades de rendimentos, segundo

a cor ou raça da população brasileira, os dados apresentados na Síntese de Indicadores Sociais do ano de 2015, abordam que historicamente os rendimentos mais desfavoráveis atingem a população negra, uma vez que representam 76,0% das pessoas entre os 10% com menos rendimentos e 17,4% no 1% com maiores rendimentos no ano de 2014. A Síntese de Indicadores sociais de 2015 ainda ressalta que:

Analogamente, a avaliação da distribuição das pessoas por décimos de rendimento mensal domiciliar per capita mostra que há maior representação de brancos nos décimos mais altos ao longo dos 10 anos avaliados. Do total de brancos, 41,7% estavam nos três décimos superiores em 2014, ao passo que somente 20,1% dos pretos ou pardos se encontravam nesses estratos. Em 2004, tais proporções eram, respectivamente, 41,9% e 17,2%, o que mostra que houve um ligeiro crescimento destes últimos no período, sem, no entanto, alterar substancialmente a estrutura de distribuição de rendimentos sob a ótica da cor ou raça da população. Em complemento, do total de pretos ou pardos, 38,5% estavam nos três décimos inferiores em 2014, contra 41,6% em 2004. Já os brancos eram 19,8% nos três décimos inferiores em 2014, contra 19,1% em 2004, praticamente sem modificação em 10 anos [...] (IBGE, 2015, p. 90).

Quando se faz o recorte de raça e gênero a situação é ainda pior. A existência da discriminação racial, junto com inexistência de equidade entre os sexos, aumenta as desigualdades, colocando as mulheres negras nas piores situações quando comparadas aos demais grupos populacionais – homens negros e não-negros e mulheres não negras. As mulheres negras ainda ocupam a maioria dos trabalhos domésticos, muitas vezes na informalidade. É o fardo de uma herança escravagista ainda não ultrapassada totalmente. As mulheres negras domésticas dispõem de menor acesso às informações acerca de seus direitos. A ocupação destas mulheres caracteriza-se no país pelas longas jornadas, baixos salários, graves acidentes de trabalho. Ainda sofrem com o assédio moral e sexual, pouca proteção social e frequente descumprimento dos direitos trabalhistas por parte dos seus empregadores. O documento Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça divulgado em setembro de 2008, pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA, destaca tais questões:

Se a cor se soma ao gênero feminino, o quadro se agrava: negras têm menos escolaridade que brancas, vivem situações de trabalho mais precárias e ganham em média, 383,4 reais – 32% do que recebem os homens brancos-, enquanto o salário das brancas (em média, 742,1 reais) vale 63% dos holerites masculinos (IPEA, 2011).

Outro fator importante a ser destacado, é fato das mulheres negras ingressarem no mercado de trabalho mais cedo. Cabe ressaltar que o discurso da homogeneidade dentro da sociedade brasileira mascara a realidade de discriminação no mercado de trabalho. Aos poucos mulheres e homens afrodescendentes vêm mudando esta realidade no mercado de trabalho no país, até pelo aumento do ingresso destes no ensino superior. Uma prova disto é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo IBGE, divulgada em janeiro de 2016, que apresenta que o rendimento dos trabalhadores negros (homens e mulheres) aumentou 52,6% entre os anos de 2003 e 2015, enquanto os trabalhadores (homens e mulheres) de cor branca, o crescimento foi 25%. Mesmo com estes aumentos de ingressos e rendimentos os profissionais negros e negras em suas áreas de atuação ainda sofrem com a discriminação racial, principalmente quando ocupam postos de poder.

2.8.4 População negra e violência

Quando o assunto é violência, a população negra dispara nos percentuais. De acordo com o mapa da violência de 2012, dos 56 mil assassinatos registrados no Brasil, 30 mil são de jovens entre 15 e 29 anos. Desses 30 mil jovens 77% são jovens negros. O mapa do encarceramento jovens do Brasil traz que, no ano de 2012, havia 292,242 negros presos e 175,536 brancos. Este mesmo documento informa que em 2012, 60,8% da população prisional era negra. Ou seja, o número de negros encarcerados cresce na medida que a população prisional no Brasil cresce. O Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do Senado sobre o assassinato de Jovens, apresentado no dia 8 de agosto de 2016, pelo relator do colegiado, o senador Lindbergh Farias, apresenta que a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil. Todo ano, 23.100 jovens negros de 15 a 29 anos são mortos. (FARIAS, 2016).

De acordo com o Atlas da Violência 2016, lançado pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP, uma pessoa afrodescendente tem maior probabilidade de sofrer homicídio no Brasil, quando comparado a outros indivíduos. Quando se observa o recorte de gênero e raça os dados também são alarmantes.

Segundo o Mapa da Violência (2015, p. 30): Homicídio de Mulheres no Brasil “O número de homicídios de brancas cai de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013. Isso representa uma queda de 9,8% no total de homicídios do período. Já os homicídios de negras aumentam 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas”. Este mesmo documento declara que “a partir da vigência da Lei Maria da Penha: o número de vítimas caiu 2,1% entre as mulheres brancas e aumentou 35,0% entre as negras”. (IPEA 2016, p. 31)

Dados estatísticos como estes mostram que a população negra está morrendo. Muitos destes são vítimas do genocídio. Segundo as Organização das Nações Unidas - ONU, entende-se por genocídio:

[...] quaisquer dos atos abaixo relacionados, cometidos com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial, ou religioso, tais como: (a) assassinato de membros do grupo; (b) causar danos à integridade física ou mental de membros do grupo; (c) impor deliberadamente ao grupo condições de vida que possam causar sua destruição física total ou parcial; (d) impor medidas que impeçam a reprodução física dos membros do grupo; (e) transferir à força crianças de um grupo para outro” (ONU *apud* VERGNE *et al*, 2015, p. 517)

Outro exemplo atual de genocídio são as mortes decorrentes das intervenções policiais nas periferias. Muitas dessas intervenções ocorrem pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que se instalam nas comunidades por meio de derramamento de sangue, na maioria das vezes negro. É o Estado intervindo de maneira violenta e coercitiva como destaca Relatório Final do Projeto Militarização das Favelas: Impactos na Vida dos Jovens Negros e Negras do Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro:

Nas favelas, a presença militarizada do Estado se dá de múltiplas formas. Não é “só” a circulação do caveirão ou do tanque de guerra pelas vielas, nem os fuzis apontados na direção dos moradores e suas casas dia e noite. Não é “só” a instalação do container da UPP, ou a construção do bunker sem janelas, com aberturas apenas para a visão do lado de fora e para a passagem dos canos dos fuzis. Não são “apenas” os consecutivos hasteamentos de bandeiras que marcam a etapa inicial de instalação das UPP’s, nem “apenas” as ações de monitoramento realizadas pelo Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército, mas também a distribuição gratuita da revista “Recrutinha” (publicação anual do Exército Brasileiro) para crianças que moram em favelas ocupadas. (FÓRUM DE JUVENTUDES RJ 2016, p. 5)

O mesmo documento ainda ressalta que:

A presença militarizada do Estado é atualizada todos os dias em cada xingamento racista e/ou machista, em cada casa invadida com chave mestra, em cada laje feita de esconderijo sem autorização, em cada equipamento de comunicador comunitário apreendido por um policial ou por um soldado. A militarização dos territórios é alimentada pela lógica bélica que constrói a ideia de que os moradores de favelas, especialmente os jovens, são inimigos que precisam ser eliminados. É essa mesma lógica que pauta toda a racionalidade estatal que elabora as políticas públicas direcionadas pra esses territórios e pauta também as subjetividades das pessoas que não moram nas favelas e que demandam mais e mais policiamento, que investem em equipamentos de segurança privada e que legitimam as ações genocidas dos agentes de Estado (FÓRUM DE JUVENTUDES RJ 2016, p. 5)

É importante a presença do Estado dentro das comunidades. Porém este Estado deveria estar inserido nestes espaços proporcionando assistência social, lazer, escolas públicas de qualidade, creches públicas, postos de saúde, saneamento básico, habitação digna e não na forma de controle de corpos e extermínio da população negra, trazendo para as juventudes negras e faveladas o medo e o terror de viverem em uma espécie de campo minado, onde a qualquer hora, outra força militar poder vir ocupar e mudar toda a dinâmica da vida desses Jovens. Estas intervenções truculentas só materializam o modo como o Estado brasileiro racista e coercitivo atua junto à população negra. De acordo com a CF/88 todas as pessoas têm direito a uma vida livre de violência e preconceitos. Ressalte-se aqui, que mesmo com todos estes impasses que permeiam a vida da população negra apresentados neste capítulo, estes resistem e estão ocupando os espaços. Estão ingressando nas universidades, trazendo suas demandas para o debate, ocupando posições de destaque na sociedade, mas as barreiras continuam na busca de sua cidadania.

Se de um lado a população negra, ao longo da história do Brasil, conquistou muitas vitórias, a custa de muito sofrimento, por outro, verifica-se que a luta ainda está muito longe de terminar, e a educação tem fundamental importância para que a realidade de racismo e desigualdade entre negros e brancos do país seja transformada. É preciso que a formação profissional considere a difícil realidade vivenciada pela população negra cotidianamente, contemplando em seus currículos estratégias para minimizar e buscar a superação dessa triste realidade. Com esse intuito, o Capítulo 3 deste estudo volta-se para a análise da matriz curricular do curso de Serviço Social da UFSC, buscando demonstrar como é tratada a questão racial na formação profissional de assistentes sociais pela referida instituição.

3 POPULAÇÃO NEGRA, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Conforme os elementos abordados no primeiro capítulo deste trabalho, o processo histórico escravagista no Brasil e a sua abolição sem assistência, sem políticas de inclusão nenhuma por parte do Estado, somados a discriminação racial resultou no processo de exclusão social da população negra. Estas injustiças históricas continuam presentes até hoje em nossa sociedade e ganham respaldo no mito da democracia racial. Os índices apresentados no primeiro capítulo demonstram os níveis de desigualdades raciais existentes em diversos setores da vida social. Dentro desta perspectiva, é de suma importância a análise sobre como o curso de Serviço Social ofertado pela UFSC vem se debruçando sobre a temática racial, já que o Serviço Social em seu Código de Ética (1993, p. 3), menciona como Princípios Fundamentais: “O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”. Deste modo, percebe-se que a categoria profissional considera a discriminação racial como algo a ser combatido, porém, este debate não tem tido a sua real importância na formação profissional e na categoria da profissão. Há alguns anos essa ausência de estudos étnicos-raciais no processo de formação profissional vem sendo divulgada por discentes, docentes e pesquisadores de Serviço Social aos quais destaca-se neste trabalho: Rocha (1996 e 2009); Pinto (2003); Ribeiro (2004); Carvalho e Silva (2005); Silva Filho (2006), Marques Junior (2007); Oliveira (2015).

3.1 SERVIÇO SOCIAL: QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL

O Serviço Social tem como objeto de intervenção a Questão Social e suas múltiplas expressões. Sendo assim, apresenta-se alguns conceitos de Questão Social: Segundo Lamamato (1999, p. 27) a Questão Social pode ser definida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a

apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Citando Oliveira, Yasbek (1993) conceitua questão social como o “antagonismo e conflitos de classes determinados pela desigualdade estrutural própria da sociedade capitalista. Aproxima-se da perspectiva marxista e do entendimento de que o conceito nasce no processo de industrialização da Europa” (OLIVEIRA *apud* YASBEK 1993, p.155).

Para Netto (2000), a questão social,

[...] nasce como uma expressão de caráter conservador, mas modifica-se na medida em que a concepção de classe se amplia; na medida em que aquela massa passiva dá demonstrações de não ser tão passiva assim. Dá demonstrações de capacidade de organização e luta... a questão social é colocada no seu terreno específico, o do antagonismo entre capital e trabalho, nos confrontos entre seus representantes. É colocada, porém, como objeto de intervenção revolucionária por agentes que se autoorganizam preocupados com a consciência dos fins e a ciência dos meios (OLIVEIRA *apud* NETTO, 2000, p. 56).

Tais conceitos de Questão Social enunciados pelos autores deixam lacunas nos aspectos da formação sócio-histórica brasileira, pois esta é composta por diversidades e particularidades. Nesta perspectiva o entendimento sobre Questão Social deveria estar mais vinculado aos conceitos que evidenciam essas diversidades raciais e regionais, não esquecendo do conflito da relação capital x trabalho. Tendo estes elementos incluídos no conceito de Questão Social, verifica-se a concepção de IANNI (1989):

As lutas sociais polarizam-se em torno do acesso à terra, emprego, salário, condições de trabalho na fábrica e fazenda, garantias trabalhistas, saúde, habitação, educação, direitos políticos, cidadania. Aos poucos, a história da sociedade parece movimentada por um vasto contingente de operários agrícolas e urbanos, camponeses, empregados e funcionários. São brancos, mulatos, negros, caboclos, índios, japoneses e outros. Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação estrutural. (IANNI, 1989, p. 147).

Rosanvallon anota que existe uma nova Questão Social visto que:

O ‘novo’ representa-se por fenômenos denominados especialmente na sociologia francesa de exclusão social. Nesta categoria incluem-se os problemas do negro, da mulher, da infância e velhice desamparadas, dos sem-tetos, sem-terras etc. A questão social que foi inicialmente relacionada exclusivamente à exploração do trabalho e vinculada à classe operária, agora é denominada de ‘nova’ e vincula-se à exclusão social e ao aumento da pobreza em função da crise financeira, ideológica e filosófica do Estado Providência, que durante algumas décadas garantiu segurança social aos

trabalhadores. O que antes era considerado um fator de risco social, estatisticamente calculável e coberto por um tipo de seguro, hoje se apresenta como fator de precariedade e vulnerabilidade, que tornam ineficazes os antigos instrumentos de gestão do social. (ROSANVALLON. *apud* SILVA, p. 152-153, 2005).

No entanto, pensa-se que não existe nova Questão Social. Entende-se que o autor deva considerar as categorias do negro, da mulher, da infância, da velhice como novas, porém, estas categorias já existiam dentro da Questão Social, só que, eram inviabilizadas. Vale lembrar que a questão racial no Brasil não é algo contemporâneo, conforme constatado no primeiro capítulo deste trabalho, pois, desde o Brasil Colônia com a escravidão, a questão racial já existia. A partir do momento em que cientistas explicavam a escravidão como algo normal, pois as outras “raças” eram consideradas inferiores à raça branca, o que é algo totalmente falso. Neste sentido a questão racial é anterior à Questão Social. O que ocorreu foi a não inclusão da temática racial nos primeiros conceitos da Questão Social, conceitos que não consideram o caminho percorrido por aqueles que foram escravizados e que no momento da pós-abolição já foram diretamente lançados para a base da pirâmide social, mas que nunca deixaram de reivindicar e se organizar em busca dos seus direitos que foram ao longo da história negados e violados. As desigualdades sociais impostas à população negra evidenciadas nas pesquisas e também apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho são, na maioria das vezes, reduzidas à questão de classe social desconsiderando-se a questão racial. Como esta questão não teve a devida relevância na sociedade, com o passar do tempo foi se agravando, resultando na população negra concentrada em

[...] grandes níveis de pobreza humana, sendo esta em seu sentido ampliado não apenas econômico, mas a falta de acesso a serviços, programas, projetos, ou mesmo acesso fragmentado, o qual não se oportuniza a emancipação humana tampouco o exercício da cidadania. (RAMOS, *et al* 2012, p. 2).

Nova e Santos (2013) apontam que necessitamos que os profissionais de Serviço Social ao intervirem na realidade façam a conexão de raça/cor/etnia com a desigualdade de classes. Para isto é de suma importância a reflexão acerca das questões-étnico raciais, já que esta temática atravessa a questão social no Brasil. Acredita-se que para que esta situação seja superada dentro do Serviço Social, precisa-se agregar o debate da temática racial no processo de formação

profissional, inserindo este conteúdo nos currículos de Serviço Social. Deste modo, a seguir apresenta-se a análise das diretrizes curriculares.

3.2 DIRETRIZES CURRICULARES NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), estabeleceu em 1996 as diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, resultado de um grande movimento da categoria profissional e suas entidades desde 1994. De acordo com este documento, as diretrizes curriculares da formação profissional possuem como princípios:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potencializem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social 1996, p. 7)

O mesmo documento estabelece três núcleos de fundamentação que articulam os conteúdos curriculares:

1. Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social;
2. Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;
3. Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. (ABESS/CEDEPSS, 1997)

De acordo com as Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social (1996), o segundo núcleo correspondente aos Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da

Sociedade Brasileira e deverá abordar o conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua composição dependente, urbano industrial, nas diversidades regionais e locais, vinculada à análise da questão agrária, como um elemento crucial da singularidade histórica nacional. Esta análise conduz para a compreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como: suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e **étnico raciais, exclusão social** entre outros (grifos nossos). Portanto, as diretrizes curriculares, apontam neste núcleo de fundamentação o tratamento da questão étnico-racial como conteúdo transversal da formação profissional.

Ressalta-se a importância de disciplinas que abordem as questões étnico raciais, para além de conhecer o processo histórico escravagista dos afrodescendentes no Brasil. Estudar o processo de abolição da escravidão de maneira crítica, pontuando elementos centrais nesse processo: mito da democracia racial, a exclusão social, a libertação sem políticas de inclusão social na sociedade capitalista e sem indenização pelos anos de escravidão (como já estudado anteriormente), pois só estudando esses elementos entenderemos como o racismo permeia a sociedade e dificulta o acesso dos afrodescendentes aos seus direitos, o que resulta em enormes índices de desigualdades já mencionados no primeiro capítulo. Lembremos que quando falamos na temática racial ela não engloba somente a população negra, mas também os indígenas que têm sido impedidos de acessar o pleno desenvolvimento econômico, político e social.

Destaque-se que o estudo desta temática deveria ser efetuado não só em disciplinas específicas, ou apenas em um núcleo de fundamentação, mas na transversalidade, visto que ela perpassa todos os elementos da formação profissional em Serviço Social pois “[...]no caso do Curso, transversalizar é mais que implementar uma disciplina específica, significa redimensionar o Projeto Político Pedagógico, a fim de garantir a interdisciplinaridade no traçar dos saberes entre as várias áreas do conhecimento” (OLIVEIRA *apud* PINTO, 2010, p.2) e aspectos da realidade social. Nesta perspectiva será analisada a matriz curricular do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e seus programas de disciplinas a fim de analisar os seguintes questionamentos: como o estudo da questão étnico-racial materializa-se na formação profissional? Quando esta temática

é estudada é considerado a discriminação racial como um determinante das relações sociais, analisando-se os enormes índices de desigualdades raciais?

3.3 A MATRIZ CURRICULAR DE 2013 DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

O Projeto Político Pedagógico de 2013 é produto de um processo de revisão do Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social de 1999. De acordo com o livro: *Projeto Político Pedagógico: Orientações para o gestor escolar entender, criar e revisar o PPP*, lançado pela comunidade educativa CEDAC no ano de 2016, o projeto político pedagógico existe para:

[...] garantir o direito de aprendizagem dos alunos e assim desenvolver suas capacidades de autoconhecimento e autocuidado, o pensamento crítico, a criatividade, o espírito inovador, a abertura às diferenças, a apreciação da diversidade, a sociabilidade, a responsabilidade e a determinação. (p.20)

Sendo assim, participaram deste processo discentes do curso de Serviço Social, docentes do Departamento de Serviço Social e supervisores de campo. No que tange à matriz curricular ocorreram mudanças em diversas disciplinas: houve consenso na proposta de ampliação da carga horária de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos, dividindo seu conteúdo em três semestres. Houve a ampliação da disciplina de Pesquisa em Serviço Social; a organização de oficinas como recurso dinamizador da prática pedagógica; a expansão e redimensionamento da carga horária das atividades de estágio e das disciplinas de supervisão pedagógica; a ampliação da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desdobrando-se em duas disciplinas. Também foi indicada a necessidade de redimensionar os conteúdos de Política Social e Processos de Trabalho e melhorar a relação das disciplinas do Núcleo de Fundamentação da Vida Social com a especificidade da profissão. Este currículo foi implementado no segundo semestre letivo de 2013 (2013.2), com respectivo monitoramento do processo. A implantação ocorrerá de modo processual, fase a fase, em substituição gradativa ao currículo de 1999 conforme o anexo 4. Porém, ressaltamos que pela análise prévia feita, no que se refere às questões étnico-raciais nada foi estudado.

3.4 ANÁLISE DAS DISCIPLINAS DA MATRIZ CURRICULAR DE 2013

Este tópico tem por objetivo demonstrar como a matriz curricular de 2013 tratou os temas étnicos-raciais, uma vez que historicamente esse debate tem sido omitido, ou degredado, a poucas disciplinas, ou muitas vezes tratado de maneira acrítica como mencionado neste trecho do PPP da Universidade Federal da Bahia e que faz uma ressalva às diretrizes da ABEPSS:

Cabe ressaltar, entretanto, que acresce às bases comuns da formação do profissional em Serviço Social defendidas pela ABEPSS um traço distintivo que caracteriza o Projeto Pedagógico deste curso, a saber: a atenção às peculiaridades locais e a transversalidade das questões étnico-raciais e de gênero, que em vários cursos tem aparecido como disciplinas/atividades optativas. (PPP, Serviço Social/ UFBA-2012, p.71)

Diferentemente da proposta da UFBA nota-se, num primeiro aporte, que não existem disciplinas específicas sobre a questão racial na matriz curricular da UFSC de 2013. Desta maneira foram selecionadas algumas disciplinas para analisar como estas poderiam abordar a questão racial no seu conteúdo, tomando como norte a questão racial englobada na questão social, como apresentado no início deste capítulo. Realizou-se esta análise a partir dos programas das disciplinas obrigatórias disponibilizados no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social publicado pela Universidade Federal de Santa Catarina em maio de 2013.

As disciplinas analisadas foram: Serviço Social e Realidade Social I, Formação Sócio-Histórica do Brasil, Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social I, Classes Sociais e Movimentos Sociais, Gestão e Planejamento em Serviço Social II e Serviço Social e Desafios Profissionais Contemporâneos.

I Disciplina: Serviço Social e Realidade Social

De acordo com o programa desta disciplina (anexo 1, p. 94) a mesma tem por objetivo geral “possibilitar ao estudante o conhecimento crítico e sensível da conjuntura, das expressões da realidade social catarinense e brasileira, das demandas e dos espaços sócio-ocupacionais de atuação do assistente social”. O seu conteúdo programático que está dividido em 3 unidades, trata na primeira unidade: A Construção Social da Realidade. Neste tópico são abordados:

- Realidade, ideologia e sociabilidade.
- Elementos constitutivos da análise de conjuntura: cenários, sujeitos, acontecimentos, correlação de forças, relação estrutura-conjuntura.
- Comunicação de massa, opinião pública e formas de falseamento.
- Exercícios de análise de temas conjunturais: com elaboração de textos a partir das produções da mídia, de observações da realidade, visitas técnicas e outros. (Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social 2013, p.94)

Tendo como pressuposto o objetivo geral da disciplina e os tópicos a serem analisados na sua primeira unidade, ao ler as referências Básicas desta disciplina, não encontramos nenhuma bibliografia que tratasse da questão racial, no entanto destacamos que esta temática étnico-racial se encaixa perfeitamente ao conteúdo disciplina, pelo fato da mesma ter por objetivo geral “o conhecimento crítico e sensível da conjuntura, das expressões da realidade social catarinense e **brasileira** (grifos nossos)”. Ainda na primeira unidade entre os tópicos que serão estudados destacamos: Elementos constitutivos da análise de conjuntura: cenários, sujeitos, acontecimentos, correlação de forças, relação estrutura-conjuntura. Deste modo questionamos: Quais cenários, sujeitos, acontecimentos, correlação de forças estão sendo estudados? Se o Serviço Social no seu Código de Ética, logo nos princípios ressalva o “ empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (p.23), por que essa perspectiva étnico-racial não é tratada na sua especificidade? Assim, questionamos se, de fato, esta disciplina de realidade social tem realmente analisado a realidade em um sentido de totalidade, levando em conta as particularidades? Como a mesma vem abordando a temática racial, os acontecimentos que envolvem os grupos étnicos raciais, pois estes são expressões da realidade social nas quais a população se encontra, como mencionamos no capítulo no tópico 1.7, dentre os quais destacamos os seguintes aspectos: desigualdades raciais nos índices, maior taxa desemprego, menor ingresso nas universidades, discriminação racial, violência, genocídio da população negra, racismo institucional. São fatos, sem dúvida, que estão acontecendo, portanto fazem parte da conjuntura social. Outro fator que destacamos é a correlação de forças entre o movimento negro que vêm denunciando as discriminações raciais, violações de direitos, e vêm reivindicando por justiça e equidade social, pois o Estado continua sendo um aparelho discriminatório e racista. Ressaltamos que a disciplina não tem que se limitar a estudar a questão racial, mas deve-se observar

que este tema precisa estar presente nestes estudos, para que se possa, de fato, ter um olhar crítico de conjuntura, uma vez que a realidade social é constituída por múltiplos determinantes além da classe social, a questão étnico-racial, a questão de gênero (vamos debater sobre a realidade de um país machista, patriarcado, com desigualdades de gênero) entre outros, pois estes elementos perpassam as relações sociais e muitas das vezes são determinantes destas.

II- Formação Sócio-Histórica do Brasil

De acordo com o documento Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social (anexo 2) esta disciplina tem por objetivo geral “contribuir para a reflexão acerca da construção e consolidação da sociedade brasileira a partir dos movimentos sociais na relação com o Estado, a nação e a cidadania.”(p. 98). Esta disciplina em seu conteúdo programático elenca como elementos a serem estudados:

- A formação de uma sociedade escravista.
- Conflitos políticos e sociais na formação do Estado Nacional.
- Consolidação da ordem conservadora e a política de terras.
- A República.
- Movimentos sociais na República: Canudos, Contestado, Cangaço, Juazeiro.
- Modernidade, revolução e nacionalismo: as décadas de 1920 e 1930. (Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social 2013, p. 98)

Como o próprio nome da disciplina menciona, acredita-se que esta disciplina por tratar da formação sócio histórica, deveria trabalhar diversos temas que não constam nas referências básicas. Como o título da disciplina já demonstra: as referências básicas são aquelas que precisam ser estudadas pois são a base de estudo para o conhecimento sobre as temáticas que serão abordadas ao decorrer da disciplina. No conteúdo programático de Formação Sócio Histórica do Brasil, apontamos para a análise do seguinte item: “A formação de uma sociedade escravista”, já que nesta disciplina estuda-se a formação da sociedade escravista, deve-se considerar o fato de que no primeiro momento tentou-se escravizar a população indígena, tentativa sem sucesso. Após isso escravizou-se a população negra. Sendo assim, cabe a reflexão: até que ponto esta disciplina avança no debate sobre a escravidão e a população escravizada? Se esta analisa mesmo que de forma sucinta a condição desumana posta aos afrodescendentes no período escravagista, os movimentos de resistência desta população a estas violências

impostas, e se analisa o momento da pós-abolição de maneira crítica considerando o racismo como uma peça-chave neste período? Estudando esses elementos é possível entender a discriminação racial existente, que inclusive teve uma grande materialização naquele tempo histórico. As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, regulamentadas pelo MEC por meio da Resolução nº 15, de 13 de março de 2002, no seu núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, versa que este núcleo “remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais”. Partindo deste pressuposto, acredita-se que a disciplina de Formação Sócio-Histórica do Brasil, deveria seguir este norte, evidenciando mais as características históricas particulares fazendo com que as mesmas estejam presentes nas referências básicas da disciplina, e além de estarem evidenciadas sejam estudadas com uma perspectiva de análise crítica de conjuntura podendo interligar o Serviço Social com a situação atual dessas populações que tem a sua particularidade dentro da totalidade.

III - Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social I

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, esta disciplina tem como objetivos: “apresentar o contexto sócio-histórico da questão social no capitalismo monopolista; discutir as condições de emergência, institucionalização e desenvolvimento do Serviço Social no mundo, na América Latina e no Brasil” (p. 111). Sendo assim, pode-se questionar se esta disciplina contempla o contexto sócio-histórico da questão social, considerando as particularidades brasileiras, se a mesma realiza uma análise crítica das “expressões da questão social” na sua origem e desenvolvimento histórico, fazendo também um recorte racial, considerando as demonstrações que particularizam-se na sociedade capitalista. Este recorte é necessário, já que, os afrodescendentes, após a abolição da escravatura conforme Biondi (2015), não foram alijados da inclusão produtiva no século XIX, e assim permaneceram até os anos 1930. Ainda eram considerados como vadios e inaptos para o trabalho (sendo que maioria das tarefas industriais não necessitava de técnicas especializadas). Biondi (2015) ainda afirma que a indústria capitalista brasileira conduziu negros e negras para as margens da produção

industrial: para o trabalho doméstico, para os serviços no campo e para as bases das forças armadas, na qual reproduzia a lógica do trabalho compulsório e das penas corporais. Foi só depois das grandes greves operárias de 1917 e dos primeiros êxitos da organização operária no país, que a burguesia brasileira recorreu às camadas negras do proletariado, buscando nelas uma alternativa mais barata e com menos tradição de luta sindical. Para a burguesia brasileira, a população negra era apta somente para o trabalho escravo e não para o trabalho assalariado, sendo essa discriminação a materialização do racismo nos primeiros anos do capitalismo monopolista no Brasil.

O Capitalismo monopolista desfruta da condição étnico-racial como um critério de seleção e de barateamento da força de trabalho e para a projeção social. Deste modo, Dias (2015) aponta que o sistema capitalista se apoia na relação de exploração de classe. Essa exploração apresenta-se em diversas formas de dominação, entre elas as de gênero, raça e etnia, constatado que, por detrás dos preconceitos, encontram-se fatores econômicos que se apoiam aqueles que querem explorar a força de trabalho a quem concederam algum tipo de inferioridade. Todos estes elementos confirmam o que já afirmava Malcon X, “não há capitalismo sem racismo”. O capitalismo lança a população negra trabalhadora aos estratos mais baixos do conjunto do proletariado, e isso se reflete nas enormes taxas de pobreza e pauperismo que atinge este grupo social. Estes fatores fortalecem as desigualdades sociais, sendo assim, expressões da Questão Social desde a sua gênese no Brasil. Diante destes fatores reforçamos que o estudo da questão social no Brasil deve levar em consideração que:

[...] o desenvolvimento econômico brasileiro, enquanto desigual e combinado, manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal, em tempos de capitalismo industrial monopolista, e de exército de reserva, em termos de capitalismo industrial competitivo (satelitizado pelo setor hegemônico do monopólio). (GONZALLES, 2009).

É um grande desafio para o Serviço Social conhecer as fundamentações da Questão Social e suas diversas formas de expressão, pois é através deste norte que se encontra respostas para o seu enfrentamento. A invisibilidade do racismo nas estratégias de enfrentamento à pobreza nas décadas de 30 e 40, demonstram a dificuldade do Serviço Social fazer uma leitura crítica da realidade no sentido da totalidade, materializando assim, mais um motivo pelo qual a profissão era tida como conservadora neste tempo. O problema é que na contemporaneidade mesmo a

profissão tendo se reconceituado, a questão racial ainda continua ausente nos debates.

IV Classes Sociais e Movimentos Sociais

No seu programa de disciplina, apresentado no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social 2013 (anexo 3) consta como objetivo geral “oferecer um quadro teórico sobre as concepções de Estado, sociedade civil, classe social, sujeitos coletivos e movimentos sociais na relação com o Serviço Social” (p.112) Como objetivos específicos foram apresentados os seguintes elementos:

- Abordar o debate contemporâneo sobre Estado, sociedade civil e luta de classes.
- Conhecer as concepções teóricas de movimentos sociais e sua inter-relação com os fundamentos do Serviço Social.
- Apreender o debate teórico sobre identidade e subjetividade na construção dos movimentos sociais.
- Caracterizar os sujeitos coletivos (partidos, sindicatos, movimentos e organizações populares) na realidade brasileira e suas concepções de projetos societários.
- Identificar as diferentes formas de manifestação e organização dos movimentos sociais no Brasil e no mundo na contemporaneidade.
- Levantar e problematizar as possibilidades de atuação do Serviço Social na relação com os movimentos sociais(Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social 2013, p.112).

Esta disciplina apresenta uma metodologia que analisa diversos movimentos sociais, inclusive o movimento negro, mesmo que de maneira sucinta. No entanto, verifica-se que para estudar o movimento negro e entender a necessidade da sua existência é preciso saber e entender o contexto histórico da população negra e a sua realidade social. Partindo desse pressuposto, o estudante entenderá, respeitará e até apoiará as reivindicações deste grupo social sem associar estas reivindicações a uma concepção equivocada que circula na sociedade de vitimismo.

Apresenta-se como sugestão para esta disciplina, além de estudar os movimentos sociais, suas concepções, suas formas de manifestação, trabalhar também a união dos movimentos sociais. Para tal, Silva (2016, p. 59), em seu livro intitulado *O Mito da Democracia Racial – Um debate marxista sobre raça, gênero e identidade*, aponta para a necessidade da construção de um programa de raça e classe “um programa que nos permita construir pontes entre as reivindicações históricas do povo negro e a luta do conjunto de classe contra a exploração e demais formas de opressão”. É de suma importância que o profissional em Serviço

Social no que se refere aos movimentos sociais, estimule a junção de todos os movimentos em prol de uma grande revolução na luta para o socialismo. Para que isto ocorra, é necessário que todos os movimentos “abracem” as pautas uns dos outros, pois:

As reivindicações e a mobilização da população articuladas por movimentos sociais fazem com que a questão social, o preconceito de classe e o preconceito racial ganhem um caráter político e crítico, acionando resistências e estratégias de luta coletiva no processo de transformação social (SILVA 2009, p. 199).

O Serviço Social tem um compromisso com a classe trabalhadora, e é um defensor das suas demandas e necessidades sociais. Deste modo, deve potencializar estas reivindicações visando mudanças nas relações sociais, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa e igualitária para a efetivação dos direitos sociais, e a construção do “novo”.

V Gestão e Planejamento em Serviço Social II

De acordo com o programa desta disciplina, disponibilizado no documento Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFSC 2013 (anexo), a mesma tem por finalidade “proporcionar ao estudante a compreensão sobre o financiamento e avaliação de planos, programas e projetos sociais e o conhecimento do papel dos assistentes sociais no planejamento e na gestão das instituições públicas e privadas” (p.160). Em seu conteúdo programático, destaque-se a primeira unidade onde serão trabalhados os temas: distribuição da riqueza; questão social e política social; financiamento da política social: legislação e operacionalização; o financiamento dos serviços públicos via contratos com organizações sociais.

Verifica-se a necessidade de ser feito um recorte racial dentro do estudo sobre Questão Social e política social, pois a Questão Social brasileira dentro do contexto sócio-histórico do país tem sua especificidade como fruto de uma sociedade escravista, portanto não se trata exclusivamente da década de 1930, mas o racismo, o momento do pós-abolição, o mito da democracia racial, a vulnerabilidade, exclusão e desigualdade social que perpassam a história dos afrodescendentes no país. É a partir de toda essa leitura histórica de forma crítica, somando os elementos estudados em outras disciplinas como disciplina de realidade

social I (com recorte racial), que o estudante entenderá que o racismo é uma ideologia criada também,

Para justificar estas diferenças e, ao mesmo tempo, dividir a classe trabalhadora, a burguesia criou sucessivas ideologias racistas que tiveram enorme impacto na consciência dos trabalhadores de conjunto e, conseqüentemente, precisam ser combatidas para que possamos unificar a classe. Essa situação nos obrigada formular políticas e programas específicos (começando com a luta pela liberdade e direitos iguais) para negros e negras.(SILVA 2016, p.37).

Entendendo os motivos que levam à criação de programas específicos para determinados grupos sociais como a Política de Igualdade Racial, o Programa de Ações Afirmativas para indígenas e afrodescendentes (de forma mais específica, da sua modalidade de cotas), não se pode entender simplesmente pelo viés do senso comum, acreditando que existe uma democracia racial (já desmascarada como um mito através dos índices de desigualdade) e que estes grupos desejam privilégios como reforçam Nova e Santos (2013, p .49):

Os negros não querem privilégios, querem apenas que as oportunidades e a divisão dos bens socialmente produzidos sejam distribuídas em partes iguais entre negros e brancos. Para isso, são necessários a adoção de medidas baseadas no princípio da equidade, de tratar diferente os desiguais para pode igualá-los.

Dentro do campo de estudo da política social também é necessária a apresentação de índices que retratam a desigualdade social dentro da classe trabalhadora. Desigualdade esta que por milhares de vezes tem por plano de fundo o racismo. Os Índices de taxa de desemprego, índices de menores remunerações (que atinge em maioria a população negra com destaque na mulher negra conforme dados apresentados no primeiro capítulo deste trabalho) vão explicar o que apresenta o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 4º edição, publicado em 2011,

Ressalte-se o fato de a grande maioria dos domicílios que recebem benefícios assistenciais ser chefiada por negros/as. Neste sentido, em 2006, 70% dos domicílios que recebiam Bolsa Família eram chefiados por negros/as. Ou seja, tanto os dados da assistência social, quanto os da previdência contribuem para dar visibilidade a uma realidade de discriminações por sexo e raça que reforçam a necessidade de adoção de medidas que visem à valorização e promoção de igualdade de gênero e raça nas políticas públicas.(p.25).

Este mesmo documento apresenta a seguinte realidade:

De toda forma, ainda são percebidas situações de maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, em especial, os por mulheres negras, quando comparados aos domicílios chefiados por homens. Os dados de rendimento, por exemplo, mostram que a renda domiciliar per capita média de uma família chefiada por um homem branco é de R\$ 997, ao passo que a renda média numa família chefiada por uma mulher negra é de apenas de R\$ 491. Do mesmo modo, enquanto 69% das famílias chefiadas por mulheres negras ganham até um salário mínimo, este percentual cai para 41% quando se trata de famílias chefiadas por homens brancos (p.19).

Oliveira (2015, p. 94) já questionava se o processo de formação permite aos egressos, adquirir competências para intervir, propor e executar políticas, programas e projetos destinados à superação das desigualdades étnico-raciais? A partir deste questionamento e da análise do programa desta disciplina, acredita-se que pensar no papel dos assistentes na gestão, no planejamento, na avaliação e na execução de políticas, projetos e programas sociais, tanto de caráter público como privado é fazer uma leitura crítica da realidade considerando os aspectos raciais (pois a população negra é uma grande usuária das políticas e programas sociais), de gênero e de classe. Agindo desta maneira evitar-se-á a criminalização da pobreza, melhorando o desempenho profissional, já que, o profissional em Serviço Social deve lutar para a garantia da equidade e da justiça social.

VI Serviço Social e Desafios Profissionais Contemporâneos

Conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, esta disciplina tem como objetivo geral “debater a formação profissional, desafios teórico-práticos da profissão e o mercado de trabalho do assistente social” (p.164). Acentuamos para a análise no programa desta disciplina a segunda unidade intitulada de Polêmicas Conjunturais do Serviço Social. Nela constam os seguintes elementos para serem estudados; Questões emergentes no campo teórico e prático; o neoconservadorismo e o exercício profissional.

Nas questões emergentes no campo teórico e prático, aponta-se como sugestão apresentar a importância dos estudos étnicos raciais na formação profissional, pois para entender os desafios contemporâneos é necessário interpretar a história em uma perspectiva dialética. Existe uma contradição na realidade atual da profissão, visto que o profissional em Serviço Social, a partir do momento da ruptura com o conservadorismo, defende a leitura crítica dos processos sociais em uma ótica de totalidade, porém inviabiliza o estudo das questões raciais

na formação profissional e nos debates junto a categoria profissional. A inviabilização das questões raciais no enfrentamento a pobreza, resulta em um grande prejuízo para este segmento populacional visto que:

Nas políticas públicas de assistência social a questão racial é pouquíssimo relacionada com a assistência social, Na maioria das vezes estas políticas tendem a considerar a questão racial como uma questão meramente social, ou para justificar melhor, como uma questão apenas econômica. Subjacente a este posicionamento resolvendo – se o problema econômico, conseqüentemente a questão racial estaria resolvida. (NOVAS E SANTOS, 2013 p.15).

O Serviço Social evidencia a sua forte articulação e vinculação à luta pelos direitos humanos, sendo assim, questionamos se os grandes índices de morte da população negra, aliado ao genocídio dos jovens negros, são temas estudados nesta disciplina, pois são elementos que englobam os desafios contemporâneos no Serviço Social. De acordo com a notícia publicada no site da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no dia 29 de janeiro de 2016, os negros são maiores vítimas das denúncias de violações de direitos humanos. Esta notícia ainda evidencia que

No que se refere ao recorte por raça/cor dessas denúncias, verifica-se que as maiores vítimas são pessoas negras. O perfil das denúncias de violações de direitos das crianças e adolescentes, por exemplo, é de 57,5% de meninas e meninos pretos e pardos; das denúncias relacionadas às pessoas com deficiência, 56% dos informados são pretos e pardos. A tendência se repete nas denúncias de violações dos direitos da população LGBT, em situação de rua e pessoas em restrição de liberdade. A única exceção é em relação ao grupo das pessoas idosas, onde 52% das denúncias são de pessoas idosas brancas. (EBC, 2016).

É necessário falar sobre o racismo, é fundamental entender como ele permeia as relações sociais, como o mesmo se estrutura na sociedade, e como se apresenta nas instituições, nos espaços socialmente ocupados. Pinto (2003) já mencionava a falta de “preparo” dos assistentes sociais ao lidarem com as questões raciais: “Nessa trajetória percebi que o assistente social trabalha com a população negra sem ao menos ter conhecimento da sua história, de sua cultura e dos seus problemas”(p.23). O(a) profissional em Serviço Social, considerando as questões étnico-raciais, de gênero e classe social em suas intervenções garantirá um atendimento em uma perspectiva de universalidade e totalidade promovendo a equidade e justiça social, respeitando os inúmeros fatores socioeconômicos e políticos culturais que atravessam as demandas apontadas pelos usuários no exercício profissional.

No que se refere à ausência de disciplinas específicas que abordem as questões étnicas-raciais na matriz curricular, não é uma realidade somente da Universidade Federal de Santa Catarina. Oliveira (2015) em sua dissertação de mestrado intitulada: *A transversalidade da Questão Étnico-Racial nos Currículos dos Cursos de Graduação em Serviço Social Das Universidades Federais Brasileiras*, na qual realiza uma pesquisa acerca dos projetos políticos pedagógicos e suas matrizes curriculares, buscando identificar a existência de disciplinas específicas que abordem a questão racial com a sua complexidade e variações, ela constata que dentre as 16 matrizes curriculares analisadas das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), 10 possuem em sua matriz curricular disciplinas específicas que tratam as questões étnicos raciais (trazendo no nome da disciplina estas questões) conforme verifica-se de acordo com a tabela 1:

Tabela 1: A transversalidade da Questão Étnico-Racial nos Currículos dos Cursos de Graduação em Serviço Social Das Universidades Federais Brasileiras

IFES	REGIÃO	DISCIPLINA	NATUREZA
UNB- Universidade Nacional de Brasília	Centro-Oeste	Gênero, Raça/etnia e Política Social	Optativa
UFAL – Universidade Federal de Alagoas	Nordeste	Saúde da População Negra	Optativa
UFBA - Universidade Federal da Bahia	Nordeste	Diversidade de gênero, raça, etnia no contexto dos Direitos Humanos	Obrigatória
UFMA – Universidade Federal Do Maranhão	Nordeste	Relações étnico-raciais no Brasil e o Serviço Social	Optativa
UFPE- Universidade Federal de Pernambuco	Nordeste	Relações étnico-raciais no Brasil e o Serviço Social	Optativa
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Nordeste	Antropologia Afro Americana	Optativa
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto	Sudeste	Políticas de ações afirmativas e Raça/Etnia, gênero e sexualidades	Optativa
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Sudeste	Gênero, raça e etnia	Optativa
UFU - Universidade Federal de Uberlândia	Sudeste	Cultura afro-brasileira	Optativa
UFMS – Universidade Federal de Santa Maria	Sul	Exclusão social e etnicidade	Obrigatoria
UFPA – Universidade Federal do Pará	Norte	Seminário diversidade étnico cultural na Amazônia	Atividade Complementar
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo	Sudeste	Identities e diferenças raça, gênero e classes	Optativa

Fonte: Oliveira (2015, p. 90).

Através destes dados apresentados pode-se constatar que a maioria das IFES que tem disciplinas que abordam a questão étnica-racial logo no seu título encontram-se divididas desta maneira: cinco no Nordeste, uma no Centro Oeste, quatro na região Sudeste, uma na região Norte e **uma na região Sul** (grifos nossos). Outra valiosa informação é que das dez disciplinas apresentadas, oito são na modalidade optativa e somente duas na modalidade obrigatória, mostrando, mais uma vez, que mesmo dando visibilidade ao assunto tenta-se diminuí-lo não tomando-o como um assunto essencial nas disciplinas obrigatórias, mas com toda a certeza ter disciplinas que abordem estas questões dentro das matrizes curricular e seja de forma obrigatória ou de forma optativa é um grande avanço.

Focalizando na lista de disciplinas optativas oferecidas por outros cursos da grade curricular de 2013 da Universidade Federal de Santa Catarina, encontra-se a disciplina: Relações Interétnicas, ofertada pelo curso de Antropologia. Neste caso defende-se a implementação de no mínimo uma disciplina obrigatória que trate das questões étnico-raciais. Caso não seja possível a implementação de uma disciplina obrigatória, porém que se ofereça uma disciplina optativa oferecida pelo próprio curso de Serviço Social, para que este estudo ocorra de forma crítica e fazendo a conexão com as categorias estudadas ao longo do processo de formação em Serviço Social.

Ressalta-se que foram analisadas de forma mais aprofundada as seis disciplinas citadas, porém de um modo geral, foram consultadas todas as disciplinas da matriz curricular de 2013 e não foram encontradas nas referências bibliográficas obrigatórias destes referenciais teóricos que tenham em seu título palavras como: raça, etnia, população negra. Portanto, ao nosso ver estes fatos evidenciam que esta temática tão importante não está sendo estudada na sua transversalidade no atual Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFSC. Sendo assim, deixamos como sugestão ainda, ao implementar no programa das disciplinas a temática racial, priorizar a representatividade negra, utilizando-se como referenciais teóricos pesquisadores negros e negras que tratam da temática, mesmo com todas as dificuldades existem dentro da nossa categoria profissional excelentes autores e autoras negras que estudam e abordam o assunto.

Pinto (2003) traz como sugestão a criação de uma nova linguagem, antirracista, como propósito para o Serviço Social e para que isto aconteça é imprescindível.

Incluir discussão étnica racial em seu currículo; promover nas instituições discussões sobre situação de preconceito e discriminação levantada no trabalho pelo assistente social e outros profissionais; Trabalhos 39 com organização negra através de intercâmbio de informação para garantir que os encaminhamentos feitos pelo serviço social sejam respaldados pela necessidade da população negra; Identificar na área de atuação de serviço social (saúde, educação, habitação, cultura, lazer, comunicação e os diferentes segmentos) problema específico da população negra; Utilizar da prática profissional estratégia que garanta um bom relacionamento com a população negra por meio da horizontalidade do diálogo fortalecendo assim as estruturas psicológicas e social dessa população. (COSTA *apud* PINTO 2003, p. 215).

A formação acadêmica sendo um elemento primordial para uma prática profissional crítica e comprometida com a universalidade dos direitos, com a equidade, deve ter uma matriz curricular que mostre realmente essa ruptura com o conservadorismo, que mesmo de forma transversal aborde questões específicas de determinados grupos sociais, que sofrem diversas violações de direitos e muitas vezes o assistente social contribui para esta violação, a partir do momento que o mesmo não tem conhecimento sobre a realidade social que aquele usuário está inserido.

A ausência dos estudos étnicos-raciais na formação acadêmica em Serviço de maneira geral, tem por plano de fundo a pouca pesquisa sobre o assunto. Se há poucas pesquisas do tema, já nota-se a importância, ou melhor, a não importância que a categoria profissional vem dando ao assunto. Na maioria das vezes são os próprios discentes negros que trazem à tona a temática nos seus trabalhos de conclusão de Curso, artigos e nos mestrados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se então, que as questões étnicos - raciais simbolizam um grande desafio para os (as) assistentes sociais. Porém este desafio deve ser enfrentado de forma crítica e consciente articulado às lutas e prioridades sociais da classe trabalhadora, visto que, este país foi erguido com base na exploração da classe trabalhadora, principalmente com base na opressão da população negra.

A elaboração do presente estudo possibilitou uma reflexão de como a questão étnico-racial encontra-se ausente na atual matriz curricular do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, mesmo sendo constado no decorrer deste trabalho a sua importância como elemento fundamental para uma leitura crítica da realidade social, combate ao racismo.

Além disso também permitiu analisar como esta temática poderia ser abordada na transversalidade de algumas disciplinas, porém os programas das disciplinas não demonstram interesse em trabalhar esta temática, sendo que o racismo deve ser discutido de maneira transversal.

É importante frisar que o este estudo foi realizado através da análise documental do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social, e que talvez o tema seja abordado em sala pelos(as) docentes, no programa da disciplina elaborado pelos(as) mesmos(as), porém é necessário que este conteúdo esteja presente no Projeto Político Pedagógico do curso, já que este documento deve ser um instrumento que apresenta a proposta educacional do curso.

Por fim, pode-se concluir que é de suma importância que o estudo da questão racial, seja incluído na formação em Serviço Social, pois tendo como objeto de estudo do curso a Questão Social e suas múltiplas expressões, a questão racial é um grande determinante das relações raciais e está presente estruturalmente na sociedade, onde pessoas são privilegiadas pelo tom da sua pele. Sendo assim o(a) profissional em Serviço Social, comprometido(a) com a garantia e universalização de direitos, com eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, comprometido(a) com igualdade de acesso em diversos espaços na sociedade deve estar preparado(a) para trabalhar com esses(as) usuários (as) buscando a igualdade racial e equidade social, já que, esta população é grande usuária das políticas

públicas e programas sociais e mesmo assim dentro da academia ainda pouco é estudada.

Sendo assim, a formação profissional em Serviço Social deve incluir esta temática no seu projeto político Pedagógico e em suas matrizes curriculares, já que a falta de tais estudos na formação evidencia o quanto a formação ainda é conservadora (em alguns aspectos) e eurocêntrica. Sendo assim é possível constatar o quanto o mito da democracia racial ainda permeia os espaços, o quanto ainda se prioriza o estudo das classes sociais (burguesia x proletariado), muitas vezes esquecendo de pontuar que na classe proletariada existem diversidades, como raça, etnia, gênero entre outras. Sabe-se que este trabalho está sujeito a erros, o que demanda o aprofundamento da pesquisa sobre o tema, porém, o mesmo é uma primeira tentativa de aproximação entre a formação profissional em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e a questão racial.

Desta forma, cabe perguntar: por que a questão étnico-racial foi negligenciada do novo currículo de Serviço Social da UFSC? Coloca-se esse questionamento, pois entende-se que será necessário aprofundar essa questão, buscando novas abordagens do tema junto aos sujeitos que elaboraram o PPP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/CEDEPSS. **In Serviço Social e Sociedade**, nº 50. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

AMARO, Sarita. **A Questão Racial na Assistência Social: um debate emergente. Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 81. São Paulo: Cortez, 2005.

ANISTIA. **Jovem negros vivo**. Disponível em: <<https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>> Acesso em: 03 de dezembro de 2016.

ARRAES, Jarid. **A saúde mental da População Negra**. Dezembro de 2013. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2013/12/19/saude-mental-populacao-negra/>>. Acesso em: 22 de Nov. 2016.

AURÉLIO. **Significado de Preconceito**. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/preconceito>>. Acesso em: 13 Nov. 2016

_____. **Significado de Discriminação**. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/discriminacao>>. Acesso em: 13 de Nov. 2016.

BATALHA, Elisa. **Discriminação, ainda uma realidade**. Radis, Rio de Janeiro, n.142, p. 1, jul. 2014.

BATISTA, Luís Eduardo; WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda, (orgs.). **Revista Saúde da população negra**. ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2. ed. Brasília, 2012.

BIONDI, Pablo. **Capitalismo e racismo no Brasil 2015**. Disponível em: ,<http://blog.esquerdaonline.com/?p=5449&print=pdf>> Acesso em: 09 de dezembro de 2016

_____. **Saúde da população negra**. 2 ed. Brasília, Coleção Negra e Negros, DF: ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. 2 ed. 2012.

BRASIL. SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Relatório de atividades da Seppir no ano de 2003. Promoção da**

Igualdade Racial: Ações Desenvolvidas em 2003 portalseppir. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portalanterior/publicacoes/relatorio_2003.pdf>. Acesso em 16 Nov.2016.

BERNARDINO, Joaze. **Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil.** Estud. afro-asiát. Rio de Janeiro, vol.24 no.2, 2002
Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2002000200002>>.
Acesso em: 10 Nov. 2016.

CALLINICOS, Alex. **Capitalismo e Racismo.** Disponível em:
<http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudepopnegra/ALEX%20CALLINICOS_Capitalismo%20e%20Racismo.pdf>. Acesso em: 09 Dez. 2016.

CFESS. Código de Ética do Assistente Social. Brasília. **Conselho Federal de Serviço Social**, 1993

DIAS, Sheila Almeida. **Serviço Social e Relações Raciais: Caminhos para uma sociedade sem classes.** Disponível em:
<<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7182>>. Acesso em 09 de dezembro de 2016.

DFID/PNUD. **Programa de combate ao racismo institucional no Brasil.** Brasília: 2005. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/institucional/eventos-institucionais/enpdc/xii-enpdc/apresentacoes/programa-combate-racismo-_LuizaBairros_PCRI>. Acesso em: 13 Nov. 2016.

EBC - Empresa Brasil de Comunicação. **Negros são maiores vítimas das denúncias de violações de direitos humanos.** Janeiro de 2016. **Portal Brasil**
Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/01/negros-sao-maiores-vitimas-das-denuncias-de-violacoes-de-direitos-humanos>>. Acesso em: 11 Dez. 2016.

FAGUNDES, Conceição Ferreira et. al. Conferência Nacional da Saúde. **Relatório final.** Brasília, 1986.

FARIAS, Lindbergh. **RELATÓRIO FINAL CPI ASSASSINATO DE JOVENS.** Relator Senador Lindbergh Farias. Brasília, 2016. Disponível em:
<<http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>> Acesso em: 18 Dez. 2016.

FILHO, José Barbosa da Silva. **O negro e o curso de Serviço Social da UFF**
Disponível em:

<http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/O_negro_e_o_curso_de_Serviço_Social_da_UFF.pdf> Acesso em: 11 Dez. 2016

FREIRE, João Ricardo Bessa. **Dialética & Escravidão**. Manaus: UFAM, 1993.

FÓRUM DE JUVENTUDES RIO DE JANEIRO. **Relatório final do projeto militarização das favelas**: impactos na vida dos jovens negros e negras do Fórum de Juventudes da Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0012/5008/RELAT_RIO_FINAL_DO_PROJETO_MILITARIZA__O_DAS_FAVELAS.pdf>. Acesso em 16 Nov. 2016.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e Escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petropolis: Vozes, 1988.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GONZALLES, Lélia. Mulher Negra. Blog **herstoriapreta**, julho de 2009 Disponível em: <<http://herstoriapreta.blogspot.com.br/2009/07/mulher-negra.html>>. Acesso em: 24 Nov. 2016.

GOULART, Michel. **25 Curiosidades sobre a escravidão**. Disponível em: <<http://www.historiadigital.org/curiosidades/25-curiosidades-sobre-a-escravidao/>>. Acesso em: 10 Ago. 2016.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **A questão social no capitalismo.** Revista Temporalis, Brasília – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social da ABEPSS. Ano 2. n.3.jan/jul. 2001.

IANNI, Octávio. **Raças e classes no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **A questão social.** Revista USP. Revista UPS. Universidade de São Paulo. n.1. Set/Out. 1989.

_____. **Dialética das relações raciais.** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a03v1850.pdf> >. Acesso em: 07 Dez. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais.** (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 24 Nov. 2016.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego (PME).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000024954801102016481128904912.pdf>>. Acesso em: 30 Nov.2016.

INSTITUTO DA MULHER NEGRA, **Geledés.** Mortes de Mulheres negras aumentam 54 em dez anos. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/mortes-de-mulheres-negras-aumentam-54-em-dez-anos/#gs.H938eX8>>, Acesso em: 03 Dez. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA (2007) **Boletim de Políticas Sociais Acompanhamento e Análise nº 13**, Edição Especial, Brasília: IPEA. 2007.

_____. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** 4. ed. - Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em 19 Nov. 2016.

_____. **Atlas da Violência 2016.** Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/atlas_da_violencia_2016_ipea_e_fbsp.pdf > Acesso em: 03 Dez. 2016.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: Um balanço da intervenção governamental**. Brasília: Ipea, 2002. p.152.

_____. **Racismo e República: O Debate Sobre o Branqueamento e a Discriminação Racial no Brasil**. Brasília: IPEA. p.45. 2008.

JUNIOR, Antonio Gasparetto. **Navios Negreiros**. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/escravidao-no-brasil/navios-negreiros/>> Acesso em: 09 Jul. 2011.

JUVENTUDE. **Relatório Final do Projeto Militarização das Favelas: Impactos na Vida dos Jovens Negros e Negras do Fórum de Juventude do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0012/5008/RELAT_RIO_FINAL_DO_PROJETO_MILITARIZA__O_DAS_FAVELAS.pdf> Acesso em: 04 Dez. 2016.

MACHADO, João Luís de Almeida. **Travessia Infernal**. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=190>>. Acesso em: 09 Jul. 2011.

MARCONDES, Gracita Gruber; ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. **Escravidão e trabalho**. Guarapuava PR: Fundação Universidade Estadual do Centro - Oeste. p.304. 1991

MARQUES, Joilson Junior. **S. Serviço Social e questão racial: um balanço da produção teórica no Pós-Durban**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Rio de Janeiro, FSS/UERJ, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>>. Acesso em: 02 Fev. 2017

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNGANGA, Kabengele. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia.** Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB. Rio de Janeiro, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro. Processo de racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO **Relações Raciais e de Gênero no âmbito do trabalho e das profissões: focalizando a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.** Disponível em: <<http://www.file:///C:/Users/USER/Downloads/v12n23a07.pdf-PETRONIO%20-%20UTILIZAR.pdf>>. Acesso em: 05 Out. 2016.

OLIVEIRA, Juliana Marta Santos de. **A Transversalidade da Questão Étnico-Racial nos Currículos Dos Cursos de Graduação em Serviço Social Das Universidades Brasileiras.** Dissertação, UFBA, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19825>> Acesso em: 17 Out. 2016.

PLANALTO DO GOVERNO. **Constituição Compilado.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

POLÍTICAS DE PROMOÇÃO À IGUALDADE RACIAL. Disponível em: <<http://www.portaldaigualdade.gov.br/>>. Acesso em 22 Nov. 2015.

ROCHA, Roseli da Fonseca. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. In Serviço Social e Sociedade nº 99 – Direitos, Ética e Serviço Social – jul/set. 2009. São Paulo.

ROSA, Lisiane Bueno da. **A mulher negra no mundo do trabalho: um cenário de discriminações desigualdades.** Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial289244.PDF>>. Acesso em: 08 Out. 2016.

SANTIAGO, EMERSON. Navios Negreiros. **Infoescola**, 2011. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/navios-negreiros/>> Acesso em: 04 Out. 2016.

SANTOS, Fabrício José dos; LANDIM, Thiago Marques. **O tráfico nos Navios Negreiros**. Disponível em: <<http://www.zbi.vilabol.uol.com.br/otrafico.html>>. Acesso em: 04 Out. 2016.

SELL, Sandro Cesar. **Ação Afirmativa e democracia racial: uma introdução ao debate no Brasil**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

SEPPIR. **Mapa do encarceramento aponta maioria da população carcerária e negra**. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/junho/mapa-do-encarceramento-aponta-maioria-da-populacao-carceraria-e-negra-1>>. Acesso em: 03 de dezembro 2016.

SILVA, Daniel Antônio Coelho; Carvalho, Danilo Nunes de. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes: A Resistência Negra sob Perspectiva Marxista**. Revista Brasileira de Educação e Cultura. Centro de Ensino Superior de São Gotardo. v.2. n.1. p. 08-23.jan-jun. 2010.

SILVA FILHO, José B. Da. **A Questão Do Negro No Curso De Graduação Em Serviço Social Da Universidade Federal Fluminense**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, UFF, 2004.

SILVA, Maria da Penha. **Mulheres Negras: sua participação histórica na sociedade escravista: Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v.1, n.1, 2010.

SILVA, P. V. B. **Racismo em livros didáticos na escola, estudo sobre negros e brancos em livros de língua portuguesa**. São Paulo; 2008.

SILVA. Wilson Honório. **O Mito da Democracia Racial: Um Debate Marxista Sobre Raça, Classe e Identidade**. São Paulo: Editora Sudermann, 2016.

SOUZA, I. S, MOTTA, F. P. C, FONSECA, D. **Estudos sociológicos e antropológicos**. São Paulo; 2002.

THEODORO, Mário. (org.) et, al. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea. p. 135-170. 2008.

_____ **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA. p.176. 2008.

TREVISAN, Leonardo. **Abolição? Um Suave Jogo Político**: Editora Moderna, 1º ed., 1988.

UNICEF. **Situação Mundial da Infância 2011**. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/br_cadernoBR_SOWCR11\(3\).pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/br_cadernoBR_SOWCR11(3).pdf)>. Acesso em: 15 Nov. 2016.

VALENTE, Ana Lucia E.F. **Ser negro no Brasil hoje**. São Paulo: Moderna, 1987.

VERGNE, C. M., VILHENA, J., ZAMORA, M. H., & ROSA, C. M. (2015). **A palavra é...genocídio: a continuidade de práticas racistas**. Revista Psicologia & Sociedade. Universidade de Minas Gerais. v.27. n.3, p.516-528. 2015.

WAISELFISZ, Julio Jacobo: **Mapa Da Violência 2015: Homicídio De Mulheres No Brasil**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 03 Dez. 2016.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Rio de Janeiro: Americana,1º ed., 1975.

ANEXO I – PROGRAMA DA DISCIPLINA SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE SOCIAL I

1 Identificação

Disciplina: Serviço Social e Realidade Social I

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 1ª

2 Ementa

A construção social da realidade. Elementos da análise de conjuntura. Realidade social catarinense. O processo constitutivo da profissão. Institucionalização da profissão e divisão social do trabalho.

3 Objetivos

3.1 Geral

Possibilitar ao estudante o conhecimento crítico e sensível da conjuntura, das expressões da realidade social catarinense e brasileira, das demandas e dos espaços sócio-ocupacionais de atuação do assistente social.

3.2 Específicos

- Suscitar a reflexão sobre a realidade social nos meios de comunicação social.
- Realizar leitura crítica de notícias veiculadas na mídia, identificando as formas de expressão da notícia e o cotejamento de sua manifestação no cotidiano.
- Propiciar ao estudante o conhecimento dos elementos constitutivos da análise de conjuntura.
- Caracterizar os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social na contemporaneidade.
- Aproximar o(a) estudante da realidade social e profissional no estado de Santa Catarina.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – A Construção Social da Realidade

- Realidade, ideologia e sociabilidade.
- Elementos constitutivos da análise de conjuntura: cenários, sujeitos, acontecimentos, correlação de forças, relação estrutura-conjuntura.
- Comunicação de massa, opinião pública e formas de falseamento.
- Exercícios de análise de temas conjunturais: com elaboração de textos a partir das produções da mídia, de observações da realidade, visitas técnicas e outros.

Unidade II – O Processo Constitutivo da Profissão

- Prática social e prática profissional.
- Institucionalização da profissão e divisão social do trabalho.
- Conhecimento dos espaços de atuação do assistente social nas políticas sociais de assistência social, saúde, criança e adolescente, idoso, habitação, sociojurídico e nos espaços de organização comunitária, movimentos sociais e terceiro setor.

Unidade III – Realidade Social Catarinense

- Conhecimento empírico da realidade local e regional.
- Realidade catarinense e os meios de comunicação social.
- Indicadores sociais catarinenses: IBGE, IDH, IDM.
- Santa Catarina: história e conjuntura.

5 Metodologia

Nesta disciplina, a análise de conjuntura deve ser um conteúdo transversal ao longo das atividades do semestre. Também, ainda que não seja oficina, indicam-se para a condução desta disciplina as seguintes estratégias:

- palestras e relatos de experiências com convidados;
- visitas técnicas, vistas de observação e viagens de estudo;
- leitura e discussão de textos, jornais, revistas, internet, consulta a fontes dirigidas;
- realização de trabalhos individuais ou em grupo;
- debate em classe;
- projeção de filmes e documentários com debates;
- socialização das produções textuais dos estudantes em blog, mural, etc.

6 Referências Básicas

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **O que é realidade**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social de segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986. 188 p.

MATTEI, Lauro Francisco; LINS, Hoyêdo Nunes. **A socioeconomia catarinense**: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó: Argos, 2010. 420 p.

SOUZA, Herbert de. **Como se faz análise de conjuntura**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social**: direitos e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 125-141.

_____. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social**: direitos e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 145-163.

7 Referências Complementares

AMARAL, Roberto. Imprensa e controle da opinião pública: informação e representação no mundo globalizado. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Imprensa e poder**. Brasília, DF: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BAVARESCO, P. R. **Ciclos econômicos regionais**: modernização e empobrecimento no extremo oeste catarinense. Chapecó: Argus, 2011.

BELATO, Dinarte. A análise de conjuntura. **Contexto & Educação**, Ijuí, v. 2, n. 8, p. 9-13, out./dez. 1987.

CÂMARA, Antônio da Silva. Imprensa e movimento dos sem-terra: interpretação, revelação e ocultação dos fatos. Disponível em:

<<http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr16.shtml>>. Acesso em: 1 ago. 2011.

GOULARTI FILHO, Alcides F. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ideologia**. 8. ed. São Paulo: Global, 1994.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Florianópolis como espaço público. In:

(Org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

ANEXO II – PROGRAMA DA DISCIPLINA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL

1 Identificação

Disciplina: Formação Sócio-Histórica do Brasil

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 1ª

2 Ementa

Questão agrária e urbana na formação do Brasil. A interpretação do Brasil moderno. A revolução burguesa no Brasil. O patriarcalismo, o coronelismo, o patrimonialismo na formação das instituições no Brasil.

3 Objetivo

Contribuir para a reflexão acerca da construção e consolidação da sociedade brasileira a partir dos movimentos sociais na relação com o Estado, a nação e a cidadania.

4 Conteúdo Programático

- A formação de uma sociedade escravista.
- Conflitos políticos e sociais na formação do Estado Nacional.
- Consolidação da ordem conservadora e a política de terras.
- A República.
- Movimentos sociais na República: Canudos, Contestado, Cangaço, Juazeiro.
- Modernidade, revolução e nacionalismo: as décadas de 1920 e 1930.

5 Referências Básicas

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo, 1975.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1986.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

NOVAIS, Fernando A. A crise do antigo sistema colonial: estrutura e dinâmica do sistema. In: _____. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1989 (1942).

6 Referências Complementares

CARVALHO, José Murilo. A elite política nacional: definições. In: _____. **A construção da ordem**: teatro de sombras. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: _____. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FAUSTO, Boris. Burguesia industrial e revolução de 1930. In: _____. **A revolução de 1930**: historiografia e história. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Trabalho urbano e conflito social, 1890-1920**. São Paulo: Difel, 1986.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Cultura e dependência: a questão das idéias fora do lugar. **Cadernos de Debate**, São Paulo, 1976.

LAHUERTE, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, Helena; COSTA, Wilma (Org.). **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Unesp, 1997.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. (Coleção Síntese Rio-Grandense).

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: _____. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

VESENTINI, Carlos Alberto; DECCA, Edgar de. A revolução do vencedor. **Contraponto**, Rio de Janeiro, n. 1, nov. 1976.

ANEXO III – PROGRAMA DA DISCIPLINA FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I

1 Identificação

Disciplina: Classes Sociais e Movimentos Sociais

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 3ª

2 Ementa

Estado, sociedade civil e luta de classes. Democracia e participação popular.

Classes sociais e sujeitos coletivos: partidos, sindicatos, movimentos e organizações populares. Concepções teóricas dos movimentos sociais. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos sociais. O Serviço Social na relação com os movimentos sociais. Movimentos sociais em Santa Catarina.

3 Objetivos

3.1 Geral

Oferecer um quadro teórico sobre as concepções de Estado, sociedade civil, classe social, sujeitos coletivos e movimentos sociais na relação com o Serviço Social.

3.2 Específicos

- Abordar o debate contemporâneo sobre Estado, sociedade civil e luta de classes.
- Conhecer as concepções teóricas de movimentos sociais e sua inter-relação com os fundamentos do Serviço Social.
- Apreender o debate teórico sobre identidade e subjetividade na construção dos movimentos sociais.
- Caracterizar os sujeitos coletivos (partidos, sindicatos, movimentos e organizações populares) na realidade brasileira e suas concepções de projetos societários.
- Identificar as diferentes formas de manifestação e organização dos movimentos sociais no Brasil e no mundo na contemporaneidade.
- Levantar e problematizar as possibilidades de atuação do Serviço Social na relação com os movimentos sociais.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – Estado e Sociedade Civil

- A crítica ao Estado burguês e a luta de classes em Marx e Lênin.
- A concepção de Gramsci sobre o Estado no capitalismo monopolista.
- O Estado no capitalismo monopolista e a luta de classes.

Unidade II – Classes Sociais e Sujeitos Políticos

- A classe social como sujeito político: luta de classes e lutas sociais.
- Os sujeitos políticos: partidos, sindicatos, movimentos e organizações populares.
- O protagonismo de novos sujeitos políticos pós-1960.
- Sujeitos políticos, identidades e subjetividades.

Unidade III – Movimentos Sociais e Serviço Social

- Movimentos sociais no Brasil de base democrático-popular: projetos políticos e as experiências de partidos, sindicatos, movimentos de base comunitária, movimentos camponeses, indígena, quilombola, desabrigados pelas barragens, ambientalistas, reforma urbana e plano diretor das cidades.
- Serviço Social e os movimentos sociais.
- Particularidades da práxis profissional na assessoria junto a movimentos sociais.
- O Serviço Social e os movimentos sociais integrantes conselhos de direitos e políticas sociais.

5 Referências Básicas

BOITO JUNIOR, Armando. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: UNESP, 2007.

CARDOSO, F.; LOPES, J. B. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 461-480.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, n. 5).

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contem-porâneos**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

GRUPPI, L. A origem do Estado em Marx e Engels. In: _____. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre: LPM, 1980.

RIBEIRO, Edaléa Maria. **Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina: os anos 1990**. 2004. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jun. 2009.

6 Referências Complementares

ALVES, Marcelos João. **A condição do espaço MST no movimento da sociedade burguesa**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

BRAVO, M. I.; MENEZES, J. S. B. de (Org.). **Saúde, serviço social, movimentos sociais e conselhos: desafios atuais**. São Paulo: Cortez, 2012.

BRAVO, M. I.; D'ACRI, V.; MARTINS, J. B. (Org.). **Movimentos sociais, saúde e trabalho**. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2010.

CARDOSO, F.; ABREU, M. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 461-480.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 119-164.

_____. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1996.

DURIGHETTO, M. L. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.

FRANZONI, T. M. **As “perigosas” relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal na Ilha de Santa Catarina**. 1993. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1993.

GALVÃO, A. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. Revista Outubro, São Paulo, 2009.

HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compendio (1830)**. São Paulo: Loyola, 1995. p. 295-336.

_____. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARX, Karl. **O manifesto comunista**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**: manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

MENDES, D. C. V. R. Representação política e participação: reflexões sobre o déficit democrático. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, jul./dez. 2007.

MOURA, R. R. Compromisso governamental e orçamento participativo: estudo comparativo das experiências em Blumenau e Chapecó, Santa Catarina. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, jul./dez. 2007.

NOGUEIRA, M. A. As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SAES, D. Do Marx de 1843-1844 ao Marx das obras históricas: duas concepções distintas de Estado. In: _____. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. Campinas: IFCH, 1994.

SAES, D. O conceito de Estado burguês. In: _____. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. Campinas: IFCH, 1994.

SELL, Carlos E. **Introdução à sociologia política**: política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis: Vozes, 2006.

SILVA, Rafael Pereira. **A autonomia aparente**: formação, trajetória e relações políticas de um centro de educação popular (CEDIP) em Criciúma 1983/1998. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci, sua teoria**: incidência no Brasil, influência no serviço social. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2006

ANEXO IV – CLASSES SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS

1 Identificação

Disciplina: Gestão e Planejamento em Serviço Social II

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 8ª

2 Ementa

Financiamento e gestão das políticas sociais e do terceiro setor. O financiamento público e a filantropia. Metodologias de avaliação de políticas sociais. O assistente social na elaboração, coordenação, execução e avaliação de programas e políticas sociais.

3 Objetivos

3.1 Geral

Proporcionar ao estudante a compreensão sobre o financiamento e avaliação de planos, programas e projetos sociais e o conhecimento do papel dos assistentes sociais no planejamento e na gestão das instituições públicas e privadas.

3.2 Específicos

- Conhecer os modelos e as normatizações do financiamento das políticas sociais e dos projetos do terceiro setor.
- Conhecer as metodologias de avaliação de políticas sociais.
- Compreender o trabalho dos assistentes sociais nas instâncias de planejamento, gestão e avaliação de programas e projetos sociais.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – O Financiamento da Política Social

- Distribuição da riqueza, questão social e política social.
- Financiamento da política social: legislação e operacionalização.
- O financiamento dos serviços públicos via contratos com organizações sociais.

Unidade II – Avaliação de Políticas, Programas e Projetos Sociais

- Planos plurianuais (PPAs), programação orçamentária e relatórios de gestão.
- Função e tipos de avaliação no processo de planejamento.

Unidade III – Serviço Social e Avaliação das Políticas Sociais

- Espaços de trabalho na avaliação das políticas sociais.
- O uso dos sistemas de informação e indicadores sociais para subsidiar o planejamento, o financiamento, a gestão e a avaliação das políticas sociais.

5 Referências Básicas

DAIN, Sulamis. A economia política da reforma tributária de 2003. In: PINTO, Márcio. BIASOTO JR., Geraldo. **Política fiscal e desenvolvimento no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006. p. 371-398.

HICKMANN, Clair; SALVADOR, Evilásio (Org.). **10 anos de derrama: a distribuição da carga tributária no Brasil**. Brasília, DF: Unafisco Sindical, 2006.

MIOTO, Regina C. T.; NOGUEIRA, Vera M. R. Sistematização, planejamento e avaliação das ações dos assistentes sociais no campo da saúde. In: MOTA et al. (Org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 273-303.

SEIBEL, Erni José; GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz G. Concepção do Estado e escolha da metodologia de avaliação de políticas públicas. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 13, n. 102, 2012.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. Execução e avaliação de políticas e programas sociais. In: CFESS; ABEPSS; CEAD; UnB. **Capacitação Continuada em Serviço Social e Política Social**. Brasília, DF: UnB, 2000. mód. 4.

6 Referências Complementares

ALVARENGA, Livia Vilas-Bôas Hacker. **Gastos tributários sociais**: como estamos? Rio de Janeiro: CEDE/UFF, abr. 2012. Texto para discussão n. 64. Disponível em: <www.proac.uff.br/cede>. Acesso em: 15 jul. 2013.

ANDER-EGG, Ezequiel et al. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vo-zes, 1994.

BARREIRA, Maria Cecília Nobre. **Avaliação participativa de programas sociais**. São Paulo: Veras; Lisboa: CIPHTS, 2000.

CARVALHO, Fernando Cardim. Entre a política econômica e a questão social. In: _____. **Observatório da cidadania**: relatório 2005. Rio de Janeiro: IBASE, 2005.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LANDIM, L. **Para além do mercado e do Estado?**: filantropia e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Iser, 1993.

OLIVEIRA, Fabrício. **Economia e política das finanças públicas**: uma abordagem crítica da teórica convencional, à luz da economia brasileira. Belo Horizonte: 2001.

PISCITELLI, Roberto. Reforma tributária: a unanimidade de cada. In: MORHY, Lauro (Org.). **Reforma tributária em questão**. Brasília, DF: Ed. da UnB, 2003. p. 83-90.

POCHMANN, Márcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004.

POCHMANN, Márcio et al (Org.). **Os ricos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

RICCO, Elisabeth de Melo; REICHELIS, Raquel. **Gestão social**: uma questão em debate. São Paulo: Educ, 1999.

SALVADOR, E. Implicações da reforma da previdência sobre o mercado de trabalho. **Ser-viço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 81, p. 7-39, 2005.

TEIXEIRA, J. B. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social**: direitos e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 553-574.

ANEXO V – SERVIÇO SOCIAL E DESAFIOS PROFISSIONAIS CONTEMPORÂNEOS

1 Identificação

Disciplina: Serviço Social e Desafios Profissionais Contemporâneos

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 9ª

2 Ementa

Formação profissional e mercado de trabalho do assistente social. Análise da experiência de estágio na relação com a conjuntura e com o debate profissional. Polêmicas conjunturais do Serviço Social. Questões emergentes no campo teórico e prático.

3 Objetivos

3.1 Geral

Debater a formação profissional, desafios teórico-práticos da profissão e o mercado de trabalho do assistente social.

3.2 Específicos

- Analisar o exercício profissional do assistente social, articulando-o às referências teórico-metodológicas do Serviço Social e ao projeto ético-político.
- Reconhecer as demandas do mercado de trabalho a partir da experiência de estágio e na relação com os fundamentos teóricos e políticos do projeto profissional.
- Compreender a influência do *neoconservadorismo* no cotidiano da intervenção profissional.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – Formação Profissional e Mercado de Trabalho do Assistente Social

- Formação na graduação, o estágio e a supervisão.
- O exercício profissional e o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Unidade II – Polêmicas Conjunturais do Serviço Social

- Questões emergentes no campo teórico e prático.
- O neoconservadorismo e o exercício profissional.

5 Referências Básicas

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n106/n106a02.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

_____. Fundamentos éticos do serviço social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 165-184.

COSTA, Jurandir Freire. **A ética democrática e seus inimigos: o lado privado da violência pública** In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Org.). **Ética**. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília, DF: Codeplan, 1997. p. 67-86. Disponível em: <http://jfreirecosta.sites.uol.com.br/artigos/artigos_html/etica_democratica.html>; <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/190/213>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p.15-50.

KILDUFF, Fernanda. O controle da pobreza operado através do sistema Penal. **Revista Katálisys**, Florianópolis. v. 13, n. 2, p. 240-249, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/view/1110>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e serviço social. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 19, 2007.

SANTOS, Josiane et al. Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 146-176, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n101/08.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

SANTOS, Josiane. **Questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 6).

Filme

CAPITALISMO: uma história de amor. Produção de Michael Moore. 2009.